

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	30

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	02/07/2013	Juros sobre Capital Próprio	19/07/2013	Ordinária		0,54780

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	4.652.906	3.728.257
1.01	Ativo Circulante	2.978.440	2.193.681
1.01.01	Disponibilidades	120.010	111.833
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	917.618	588.945
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	792.458	465.042
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	125.160	123.903
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	392.697	309.045
1.01.03.01	Carteira Própria	337.193	276.255
1.01.03.02	Vinculados a Compra e Recompra	52.623	30.067
1.01.03.05	Vinculados a Prestação de Garantias	2.881	2.723
1.01.04	Relações Interfinanceiras	220.352	215.420
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	8.252	27
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	211.299	215.303
1.01.04.04	Correspondentes	801	90
1.01.06	Operações de Crédito	1.177.587	884.284
1.01.06.02	Setor Privado	1.221.049	907.499
1.01.06.03	(Prov. p/ Crédito de Liq. Duvidosa)	-43.462	-23.215
1.01.08	Outros Créditos	146.708	81.180
1.01.08.02	Rendas a Receber	2.464	5.005
1.01.08.04	Diversos	147.428	77.795
1.01.08.05	(Prov. p/Outros Crédito de Liq. Duvidosa)	-3.184	-1.620
1.01.09	Outros Valores e Bens	3.468	2.974
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	5.672	5.476
1.01.09.02	(Prov. p/ Desvalorização)	-3.664	-3.809
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	1.460	1.307
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.594.303	1.482.263
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	166.606	175.927
1.02.02.01	Carteira Própria	166.606	175.927
1.02.03	Relações Interfinanceiras	43.847	41.329
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	43.847	41.329
1.02.05	Operações de Crédito	1.347.183	1.218.704
1.02.05.02	Setor Privado	1.396.904	1.250.699
1.02.05.03	(Prov. p/ Crédito de Liq. Duvidosa)	-49.721	-31.995
1.02.07	Outros Créditos	36.667	46.303
1.02.07.01	Diversos	36.667	46.303
1.03	Ativo Permanente	80.163	52.313
1.03.01	Investimentos	32	33
1.03.01.04	Outros Investimentos	170	171
1.03.01.04.01	Outros Investimentos	167	167
1.03.01.04.02	No Exterior	3	4
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-138	-138
1.03.02	Imobilizado de Uso	69.223	50.451
1.03.02.01	Imóveis de Uso	45.100	45.093
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	95.063	69.648
1.03.02.03	(Depreciação Acumulada)	-70.940	-64.290

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1.03.04	Intangível	10.908	1.829
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	14.187	3.642
1.03.04.02	(Amortização Acumulada - Intangível)	-3.279	-1.813

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	4.652.906	3.728.257
2.01	Passivo Circulante	3.746.944	3.020.296
2.01.01	Depósitos	3.495.179	2.873.457
2.01.01.01	Depósitos a Vista	771.967	838.260
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	565.155	502.107
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	138.135	120.019
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.019.922	1.413.071
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	52.534	30.008
2.01.02.02	Carteira Própria	52.534	30.008
2.01.04	Relações Interfinanceiras	22.709	253
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	22.614	0
2.01.04.02	Correspondentes	95	253
2.01.05	Relações Interdependências	106	98
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	106	98
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	389	0
2.01.09	Outras Obrigações	176.027	116.480
2.01.09.01	Cobrança de Arrec. Trib. e Assemelhados	14.797	940
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	191	10.934
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	20.822	18.444
2.01.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	7.971	7.542
2.01.09.05	Diversas	132.246	78.620
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	421.283	288.124
2.02.01	Depósitos	222.406	97.665
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	222.406	97.665
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	176.289	166.306
2.02.03.01	Recursos de L. imobiliárias, Hipotec., Crédito e similares	176.289	166.306
2.02.09	Outras Obrigações	22.588	24.153
2.02.09.01	Diversas	22.588	24.153
2.05	Patrimônio Líquido	484.679	419.837
2.05.01	Capital Social Realizado	400.484	264.141
2.05.01.01	Ações Ordinárias - País	400.484	264.141
2.05.04	Reservas de Lucro	0	155.696
2.05.04.01	Legal	0	12.694
2.05.04.02	Estatutária	0	143.002
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	84.195	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	234.645	634.023	174.850	485.792
3.01.01	Operações de Crédito	207.109	569.484	158.012	425.366
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Val. Mobiliários	24.999	57.139	12.985	52.698
3.01.03	Resultado das Aplicações Compulsórias	2.488	7.333	3.843	7.658
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	49	67	10	70
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-83.375	-220.675	-44.420	-142.569
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-62.526	-156.804	-36.934	-116.753
3.02.03	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-20.849	-63.871	-7.486	-25.816
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	151.270	413.348	130.430	343.223
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-84.265	-228.763	-71.263	-191.247
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	14.741	41.584	12.077	34.150
3.04.02	Despesas de Pessoal	-44.453	-121.374	-38.594	-101.939
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-39.418	-110.541	-33.265	-91.284
3.04.03.01	Despesas de Água, Energia e Gás	-889	-2.512	-835	-2.345
3.04.03.02	Despesas de Aluguéis	-1.090	-3.184	-755	-2.256
3.04.03.03	Despesas de Comunicação	-5.888	-15.210	-4.166	-11.925
3.04.03.04	Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-1.255	-3.581	-1.697	-4.278
3.04.03.05	Despesas de Material	-283	-974	-243	-673
3.04.03.06	Despesas de Processamento de Dados	-7.760	-21.411	-7.412	-19.621
3.04.03.07	Despesas de Promoções e Relações Públicas	-1.325	-4.332	-863	-2.394
3.04.03.08	Despesas de Propaganda e Publicidade	-803	-2.158	-707	-890
3.04.03.09	Despesas de Publicação	-98	-853	-624	-1.822
3.04.03.10	Despesas de Seguros	-41	-258	-79	-243
3.04.03.11	Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-1.581	-4.460	-1.772	-4.838
3.04.03.12	Despesas de Serviços de Terceiros	-4.039	-10.709	-1.693	-4.799
3.04.03.13	Despesas de Serviços de Vigilância e Segur. Bancária	-5.256	-15.161	-3.616	-8.236
3.04.03.14	Despesas de Serviços Técnicos Especializados	-2.165	-6.283	-1.326	-3.579

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.04.03.15	Despesas de Transporte	-2.775	-7.908	-4.016	-13.829
3.04.03.16	Despesas de Viagem no País	-329	-842	-162	-550
3.04.03.17	Despesas de Multas Aplicadas pelo Bacen	-1	-2	-2	-13
3.04.03.18	Outras Despesas Administrativas	-803	-2.383	-936	-2.581
3.04.03.19	Despesas de Amortização e Depreciação	-3.015	-8.254	-2.339	-6.349
3.04.03.20	Contribuições Filantrópicas	-22	-66	-22	-63
3.04.04	Despesas Tributárias	-9.438	-27.072	-7.670	-20.887
3.04.04.01	Desp. de Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza	-693	-1.944	-592	-1.676
3.04.04.02	Despesas de Contribuições COFINS	-7.474	-21.236	-6.033	-16.099
3.04.04.03	Despesas de Contribuições ao Pis/Pasep	-1.214	-3.450	-981	-2.617
3.04.04.05	Despesas Tributárias	-57	-442	-64	-495
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	951	6.852	2.734	5.604
3.04.05.01	Recuperação de Encargos e Despesas	7	38	13	59
3.04.05.02	Outras Rendas Operacionais	883	3.534	881	2.878
3.04.05.03	Outras	32	3.251	1.840	2.667
3.04.05.04	Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	29	29	0	0
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-6.648	-18.212	-6.545	-16.891
3.04.06.02	Descontos Concedidos	-16	-34	-4	-41
3.04.06.03	Juros sobre o Capital Próprio	-5.216	-10.369	-5.556	-11.032
3.04.06.04	Despesas de Atualização de Impostos e Contribuições	-52	-234	-69	-213
3.04.06.05	Outras Despesas Operacionais	-737	-6.324	-916	-5.605
3.04.06.06	Provisão p/Outros Créditos	-627	-1.251	0	0
3.05	Resultado Operacional	67.005	184.585	59.167	151.976
3.06	Resultado Não Operacional	-341	16.779	-901	-1.029
3.06.01	Receitas	396	18.291	638	1.220
3.06.01.01	Receitas Não Operacionais	396	18.291	638	1.220
3.06.02	Despesas	-737	-1.512	-1.539	-2.249

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.06.02.01	Despesas Não Operacionais	-737	-1.512	-1.539	-2.249
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	66.664	201.364	58.266	150.947
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-34.719	-108.707	-28.174	-77.408
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-19.291	-62.131	-17.016	-42.084
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-11.890	-37.972	-9.239	-23.289
3.08.03	Ativo Diferido	-3.538	-8.604	-1.919	-12.035
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-3.469	-8.462	-4.037	-7.854
3.10.01	Participações	-3.469	-8.462	-4.037	-7.854
3.11	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	5.216	10.369	5.556	11.032
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	33.692	94.564	31.611	76.717
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	3,53846	9,93147	3,31991	8,05711

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	755.455	-92.257
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	179.471	108.208
6.01.01.01	Lucro Líquido	94.564	76.717
6.01.01.02	Depreciação/Amortização	8.254	6.192
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	63.050	25.040
6.01.01.06	Provisão para contingente	698	1.535
6.01.01.07	Provisão para desvalorização de outros bens	146	-1.307
6.01.01.08	Ajuste de Mercado - TVM	978	-86
6.01.01.09	Provisão atuarial	-796	117
6.01.01.11	Provisão p/ Perdas com TVM	11.755	0
6.01.01.12	Provisão p/ Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	822	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	575.984	-200.465
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-6.410	0
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	272.125	-20.098
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	15.014	1.620
6.01.02.04	Operações de Crédito	-484.832	-562.395
6.01.02.05	Outros Créditos	-56.714	-18.421
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	-640	1.158
6.01.02.07	Outras Obrigações	58.080	19.289
6.01.02.08	Depósitos	746.463	368.638
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	22.526	9.744
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipotec., Créd. e Similares	9.983	0
6.01.02.11	Obrigações por Repasses	389	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-36.104	-9.012
6.02.01	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	0	93
6.02.02	Alienação de Imobilizado de Uso	1.726	480
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	-27.285	-9.362
6.02.05	Aplicação no Intangível	-10.546	-223
6.02.06	Alienação de Investimentos	1	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-29.722	-61.118
6.03.03	Juros s/ Capital Próprio Pagos ou Provisionados	-29.722	-61.118
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	689.629	-162.387
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	615.164	440.644
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.304.793	278.257

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	264.141	0	0	155.696	0	0	419.837
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	264.141	0	0	155.696	0	0	419.837
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	94.564	0	94.564
5.05	Destinações	0	0	0	-19.353	-10.369	0	-29.722
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-19.353	0	0	-19.353
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-10.369	0	-10.369
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	136.343	0	0	-136.343	0	0	0
5.13	Saldo Final	400.484	0	0	0	84.195	0	484.679

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	264.141	0	0	109.016	0	0	373.157
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	264.141	0	0	109.016	0	0	373.157
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	76.717	0	76.717
5.05	Destinações	0	0	0	-34.721	-11.032	0	-45.753
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-34.721	0	0	-34.721
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-11.032	0	-11.032
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	-15.365	0	0	-15.365
5.12.01	Reversão de Reservas	0	0	0	-15.365	0	0	-15.365
5.13	Saldo Final	264.141	0	0	58.930	65.685	0	388.756

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 30/09/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	767.259	501.300
7.01.01	Intermediação Financeira	760.383	478.543
7.01.02	Prestação de Serviços	41.588	34.151
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-63.870	-23.150
7.01.04	Outras	29.158	11.756
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-295.476	-121.892
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-100.166	-85.999
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-6.545	-6.169
7.03.02	Serviços de Terceiros	-92.562	-76.511
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.059	-3.319
7.04	Valor Adicionado Bruto	371.617	293.409
7.05	Retenções	-8.254	-6.348
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.254	-6.348
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	363.363	287.061
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	363.363	287.061
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	363.363	287.061
7.09.01	Pessoal	113.864	95.552
7.09.01.01	Remuneração Direta	77.134	65.157
7.09.01.02	Benefícios	29.411	25.682
7.09.01.03	F.G.T.S.	7.319	4.713
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	151.750	112.536
7.09.02.01	Federais	149.431	110.476
7.09.02.02	Estaduais	0	1
7.09.02.03	Municipais	2.319	2.059
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.185	2.256
7.09.03.01	Aluguéis	3.185	2.256
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	94.564	76.717
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	10.369	11.032
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	84.195	65.685

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Informações trimestrais do Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ, relativo ao terceiro trimestre de 2013, elaborados em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

1. Ambiente Econômico

A economia mundial continua com nível de crescimento moderado, notadamente na Zona do Euro, onde as altas taxas de desemprego, as medidas de caráter fiscal e a incerteza política inibem o investimento, refletindo em um baixo crescimento. Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego recuou e alguns setores emitem sinais de recuperação, é o caso do imobiliário e manufaturas, denotando que a economia americana manterá o ritmo de recuperação em 2013. No Japão, o PIB foi revisado para baixo, de 3,8% para 2,6%. A economia Chinesa vem mantendo o nível de crescimento, com alta na produção de manufaturas e nas exportações.

No âmbito doméstico, a economia também exhibe expansão moderada. No 2T13, o PIB cresceu 1,5%, após expansão de 0,6% no trimestre anterior. A projeção para o ano de 2013, de acordo com o IBGE, é de que o PIB cresça 2,5%, expressando um crescimento estimado de 10,5% na agropecuária; 1,1% na indústria e 2,3% em serviços. A expectativa é que o consumo continue crescendo, porém, em ritmo mais lento, em contrapartida os investimentos e as exportações deverão tomar impulso.

Para este mesmo cenário, o mercado estima que a economia cresça 2,47% no ano, de acordo com o relatório Focus. Quanto à inflação, o IPCA variou 0,35% em setembro, acumulando assim, nos últimos doze meses, 5,86%, mantendo-se, portanto, acima do centro da meta (4,5%). No período, o movimento dos preços de bens monitorados tem mostrado recuo, entretanto os bens comercializáveis e não comercializáveis se mantiveram em elevação. A expectativa de mercado é que a inflação mantenha-se neste patamar até o fim do ano, devendo acumular alta de 5,8%.

No plano estadual, o IPCA registrou 0,17% em setembro, a inflação acumulada no ano é de 3,53%. Em Belém, contrariamente ao país, os preços de bens monitorados tiveram variação mais forte, com destaque para a energia elétrica e transporte hidroviário. Nas vendas do comércio varejista, o Pará registrou uma redução de 3,8% em agosto, mas mantém desempenho no ano equivalente ao nacional. A indústria paraense segue apresentando comportamento declinante, até setembro a produção havia retraído 7,2% e nos últimos doze meses 5,7%.

Comentário do Desempenho

Cinco das seis atividades pesquisadas apresentaram recuo em setembro, com destaque para metalurgia básica, a única exceção é o do setor extrativo que mostrou resultado positivo no mês. O saldo das operações de crédito, no Estado do Pará, alcançou R\$ 36 bilhões em agosto, aumento de 1,91% no mês e 7,9% no ano. Na mesma base de comparação, as taxas de aumento para PF e PJ são de 1,33% e 12,39%, e 2,7% e 2,45%, respectivamente. A inadimplência, no mês de agosto, foi de 5,69% para PF e 3,57% para PJ. No mercado de trabalho, em setembro, houve saldo positivo na criação de 7.317 postos de trabalho, no ano o acumulado é de 27.310, bem acima do saldo dos últimos doze meses, de 19.542.

2. Destaques Banpará

Até setembro de 2013, o Banpará contabilizou um crescimento nas operações de crédito na ordem de 20%, bem acima da média estadual, totalizando R\$ 2,5 bilhões, sendo R\$ 95,6 milhões em PJ e R\$ 2,4 bilhões em PF. No período, o Banco deu continuidade ao forte plano de expansão de sua rede de atendimento no interior do Estado, com a inauguração de oito unidades, passando a estar presente em 67 dos 144 municípios paraenses.

3. Expectativas

Com as ações programadas para o último trimestre de 2013, o Banpará estima encerrar o ano com carteira de crédito na ordem de R\$ 2,8 bilhões e depósitos em R\$ 4,1 bilhões, projetando um lucro líquido de R\$ 150 milhões e Patrimônio Líquido de R\$ 530 milhões. As ações contemplam a inauguração de mais dez pontos de atendimentos, nove deles em municípios não cobertos pela Instituição, encerrando o ano com presença em 76 municípios do Pará. Conta ainda com o lançamento de novos seguros, para automóveis e para operações de crédito, assim como, o lançamento de novas linhas de crédito, com destaque para linhas de fomento via repasses do BNDES, crédito rural com recursos próprios e operações de câmbio.

4. Desempenho dos Negócios

4.1 Resultados

Os resultados do BANPARÁ, no 3º trimestre de 2013, foram os seguintes:

INDICES	3º Trimestre 2013	2º Trimestre 2013	3º Trimestre 2012
Retorno anualizado sobre o PL Médio - ROE	28,6	23,6	33,7
Retorno anualizado sobre o Ativo total - ROA	3,0	2,5	3,9
Índice de Cobertura	33	36	31
Índice de Eficiência Operacional	51	55	50

Comentário do Desempenho



Principais Números (R\$MIL)	3º Trimestre 2013	2º Trimestre 2013	3º Trimestre 2012	Variação% 3º T 2013 x 2º T 2013	Variação% 3º T 2013 x 3º T 2012
Ativo total	4.652.906	4.328.556	3.171.532	7,5	46,7
Aplicação Interf. Liquidez	917.618	738.988	174.245	24,2	426,6
Títulos e Valores Mobiliários	559.303	535.192	461.043	4,5	21,3
Operações de Crédito	2.665.788	2.523.717	2.082.452	5,6	28,0
Depósitos totais	3.717.585	3.410.180	2.608.025	9,0	42,5
Patrimônio Líquido	484.679	456.203	388.756	6,2	24,7
Lucro líquido do trimestre	33.692	26.344	31.611	27,9	6,6
Resultado da Intermed. Financeira	151.270	124.650	130.430	21,4	16,0
Receitas de Prestação de Serviços	9.211	8.907	7.143	3,4	29,0
Rendas de Tarifas Bancárias	5.535	5.464	4.934	1,3	12,2
Despesas de Pessoal	44.452	40.152	38.594	10,7	15,2
Despesas Administrativas	39.424	36.772	33.265	7,2	18,5

No 3º trimestre de 2013, o lucro líquido do Banpará atingiu R\$ 33.692 mil, desempenho 6,6% maior que o apresentado no mesmo período do ano anterior. O lucro líquido por ação alcançou R\$ 3,54, ante aos R\$ 3,32 observados ao final do 3º trimestre de 2012. O Patrimônio Líquido alcançou no 3º trimestre R\$ 484.679 mil, uma expansão de 24,7% em relação ao mesmo período de 2012, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 28,6%.

O resultado da intermediação financeira, após as provisões para perdas em operações com créditos, atingiu R\$ 151.270 mil, um crescimento de 15,5% em relação ao registrado no mesmo trimestre do ano de 2012.

As receitas com intermediação financeira totalizaram R\$ 234.645 mil, registrando um crescimento de 34,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é justificado pelo crescimento das rendas de operações de crédito que, incluindo as recuperações, representam 88% das receitas de intermediação financeira.

O índice de cobertura das despesas de pessoal, no 3º trimestre de 2013, atingiu 33%, contra 31% quando comparado com o mesmo período em 2012. A melhora nesse índice se deu em função do crescimento das receitas de serviços que, no 3º trimestre de 2013, alcançaram o montante de R\$ 14.745 mil, resultando em um acréscimo de 22% em relação aos R\$ 12.077 mil alcançados no 3º trimestre de 2012.

As despesas administrativas apresentaram saldo de R\$ 39.424 mil, o que representa uma evolução de 18,5% em relação ao mesmo período do ano de 2012. A evolução é consequência do aumento dos custos com processamento de dados e investimentos em infraestrutura das agências. O índice de eficiência operacional das despesas administrativas em relação às receitas apresentou melhora de 0,4 pontos percentuais quando comparado ao 2º trimestre de 2013, atingindo 51%.

Comentário do Desempenho**4.2 Ativos e Passivos**

No 3º trimestre de 2013, os ativos totais do Banpará atingiram o montante de R\$ 4.652.906 mil, uma expansão de 46,7%, quando comparado ao registrado no 3º Trimestre de 2012. As principais linhas do ativo são: operações de crédito, aplicações interfinanceiras e TVM, que respondem por 57%, 20% e 12%, respectivamente, do ativo total e cujo desempenho corresponde a um retorno anualizado sobre os ativos médios de 3%.

4.2.1 Carteira de Crédito

No 3º trimestre de 2013, a carteira de crédito alcançou R\$ 2.665.788 mil, incremento de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa no 3º trimestre de 2013, 3,56% da carteira de crédito, um aumento de 1,25 p.p. em relação ao observado no mesmo período de 2012. Esses dados demonstram que, mesmo com o crescimento da carteira, a qualidade do crédito continua estável.

O saldo da carteira de crédito comercial Pessoa Física em Setembro/2013 foi de R\$ 2.561.068 mil que representa um incremento de 26% em relação ao mesmo período do ano anterior. A carteira de crédito comercial Pessoa Jurídica, em Setembro/2013, apresentou um saldo de R\$ 96.403 mil, um incremento de 146% em relação a setembro de 2012.

Atualmente, a base clientes do Banpará e sua carteira de crédito de empréstimos, estão concentrados nos funcionários e aposentados de entidades públicas. Os empréstimos consignados correspondem a 67% da carteira de empréstimos e o financiamento ao consumo representa 32%. Os funcionários públicos do Estado e pensionistas representam cerca de 98% da carteira de consignados.

4.2.2 Captações

O volume de depósitos registrou o total de R\$ 3.717.585 mil, contra R\$ 2.608.025 mil, para o mesmo período de 2012, o que corresponde a um aumento de 42,5%. O aumento foi fortemente influenciado pela evolução das captações realizadas principalmente em depósito a prazo, com um aumento de 72,5%, seguido da captação em poupança, com 24,3% de aumento em relação às captações registradas ao final de setembro de 2012.

O foco principal do Banpará está em captar depósitos e originar créditos no varejo e comercial, principalmente para servidores públicos do Estado e fornecedores, respectivamente, um negócio que historicamente tem apoiado a boa qualidade de ativos do banco e os elevados níveis de rentabilidade.

A penetração do crédito no Estado é inferior à média do País, indicando que há ainda muito espaço para o seu crescimento, assim, o aumento no volume dos depósitos possibilita a expansão e diversificação de novas linhas de negócio.

Comentário do Desempenho



5. Relacionamento com clientes e Canais

Comprometido com a excelência no atendimento de seus clientes e usuários e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, o Banpará tem ampliado suas unidades, possibilitando a inserção da população paraense no mercado financeiro, estando presente em 67 Municípios paraenses. No 3º trimestre de 2013, inaugurou 4 novas unidades, atingindo os municípios de Santana do Araguaia, Vitória do Xingu, Santa Barbara e Muaná.

Discriminação	Belém	Interior	Total
Agência	13	31	44
Posto de Atendimento	19	45	64
Caixa Deslocado	5	3	8
Posto de Atendimento Eletrônico	93	19	112
TOTAL – REDE PRÓPRIA			228
Municípios atendidos			67

Além de sua Rede própria, o BANPARÁ disponibiliza mais de 32.000 pontos de atendimento espalhados por todo Brasil, em parceria com o Banco24horas e Rede Compartilhada. Desta maneira, viabiliza aos seus clientes e usuários, a possibilidade de utilizar os serviços do Banco em todo o território nacional, além de disponibilizar também a sua rede própria para os correntistas de outras instituições parceiras. Conta também com o Serviço de Correspondente no País, denominado comercialmente de Correspondente “Aqui Tem Banpará” e hoje trabalha com 15 (quinze) parceiros, concentrado principalmente no interior do Estado.

5.1 Clientes Pessoa Física

Em 30 de setembro de 2013, a carteira de clientes pessoa física totalizou 262.095 clientes. Destacam-se abaixo as principais linhas de crédito oferecidas a esses clientes:

- ✓ **Empréstimo Consignado:** Produto de crédito com desconto da parcela no contracheque do cliente, sem burocracia e crédito imediato no conta corrente.
- ✓ **Banparacard:** Produto de crédito, disponibilizado aos clientes que recebem salários no Banco, com disponibilização do recurso financeiro ou possibilidade da utilização do limite para compras na Rede de Compras Banpará.
- ✓ **Empréstimos Sazonais:** Produto de crédito que viabiliza a antecipação de percentual do 13º salário dos funcionários públicos. Sendo que as liberações dependem de avaliação cadastral.

Comentário do Desempenho**5.2 Clientes Pessoa Jurídica**

A remodelagem dos créditos oferecidos aos clientes pessoa jurídica permitiu um implemento na base de clientes que em setembro de 2013 chegou a 10.144 clientes, os principais produtos disponibilizados aos mesmos são:

- ✓ Cheque Empresarial: modalidade de empréstimo rotativo, destinado aos clientes Pessoa Jurídica, de qualquer porte, enquadrados nos setores: rural, indústria, comércio, e de serviços, classificados com o ranking até C, conforme análise de risco de crédito;
- ✓ Capital de Giro: modalidade de empréstimo destinado aos clientes que possuem contrato de prestação de serviços, quer administrativos (com órgãos da esfera federal/estadual/municipal) ou privados, classificados com o rating até C, conforme análise de risco de crédito.
- ✓ Giro Rápido: modalidade de crédito parcelado, destinado a clientes Pessoa Jurídica, de qualquer porte, enquadrados nos setores: rural, indústria, comércio, e de serviços, classificadas com o rating até C, conforme análise de risco de crédito.

5.3 Serviço

O segmento de serviços contribuiu no terceiro trimestre de 2013, com 33% para cobertura das despesas com pessoal, sendo que as principais fontes das receitas de serviços foram:

- ✓ Gestão de pagamento de Folha: Disponibiliza serviços automatizados para gerenciamento da movimentação do pagamento dos funcionários estaduais, municipais e privados.
- ✓ Gestão de Arrecadação: Serviço automatizado disponibilizado aos clientes para viabilizar melhor controle e gerenciamento dos recursos arrecadados.
- ✓ Rede de compras: Possibilita aos clientes Pessoa Física aquisição de produtos e serviços, nas lojas credenciadas com o banco;
- ✓ Seguro Banpará: Proteção e premiação ao cliente pessoa física com a disponibilização do Seguro Residencial, Vida e Acidente Pessoal.

5.4 Canais

Os Canais são meios eletrônicos de atendimento que oferecem aos clientes a possibilidade de realizar suas transações bancárias, como consultas à conta, pagamentos e transferências de forma prática, ágil, segura e cômoda, no momento em que precisarem e em qualquer local. Atualmente, dentre os Canais Eletrônicos, os ATMs são o mais utilizados, seguido pelo Internet Banking. Abaixo relacionamos os canais eletrônicos de atendimento disponibilizados pelo Banpará aos seus clientes:

Comentário do Desempenho



- ✓ **Rede de Compras** - A Rede de Compras Banpará reúne estabelecimentos conveniados com o banco para a venda de produtos e serviços aos correntistas, portadores do Cartão Banpará. É um serviço estratégico que visa a fidelização dos clientes por meio da segurança, agilidade e comodidade nas transações. Encerramos o 3º trimestre de 2013 com 1.884 estabelecimentos credenciados, que efetuaram 232.018 transações e movimentaram o total de R\$ 33.097.624,22. Houve crescimento de 6,50% em quantidade de estabelecimentos credenciados em relação ao mesmo período em 2012 e acréscimo de 27,80% no valor de transações em relação ao mesmo período no ano anterior.
- ✓ **Autoatendimento** - O Banpará encerrou o 3º trimestre de 2013 com 566 caixas eletrônicos instalados em Agências, Postos de Atendimento – PA e Postos de Atendimento Eletrônico – PAE, proporcionando um crescimento de 9,27% em quantidade de equipamentos em relação ao mesmo período no ano anterior. No 3º trimestre de 2013, foram realizadas 5.539.558 transações nos ATMs Banpará, tendo havido crescimento de 1,25% em quantidade de transações em relação ao período anterior. Além disso, o Banpará faz compartilhamento de sua Rede de autoatendimento, interligando-se a Rede de Banco24Horas e Rede Compartilhada, proporcionando aos clientes que utilizem os terminais de outras instituições financeiras, com horário estendido, permitindo que transações de saques, saldos e extratos sejam realizadas também fora do Estado do Pará. Foram realizadas 334.174 transações na Rede de Banco24Horas no 3º trimestre do corrente ano, tendo havido crescimento de 5,30% na utilização em relação ao mesmo período do ano anterior.
- ✓ **Internet Banking** - Em seu *site* institucional, o Banpará disponibiliza acesso a serviços de *Internet Banking* para pessoa física, jurídica, *mobile* e órgãos do Governo. O *site*, considerado ágil e moderno, proporciona aos clientes conhecer, com detalhes, o conteúdo dos serviços e produtos oferecidos. O canal *Internet Banking* Pessoa Física realizou 255.305 transações no 3º trimestre de 2013, o que representa acréscimo de 1,52% em relação ao mesmo período do ano anterior e o de Pessoa Jurídica realizou 82.456 transações no 3º trimestre de 2013, representando 21,14% a mais em relação ao 3º trimestre de 2012.
- ✓ **URA** - O Banpará disponibiliza a seus clientes o serviço de transações eletrônicas na Unidade de Resposta Audível (URA) como consulta de saldo, extrato via fax, cadastramento de senhas, além de outros serviços eletrônicos. No 3º trimestre de 2013, foram recebidas 234.530 ligações para o URA e realizadas 234.057 transações no 3º trimestre do ano corrente, com consulta de saldos e extratos via fax.
- ✓ **Central Banpará e SAC** - O Banpará disponibiliza a seus clientes o serviço de atendimento e transações por telefone através da Central Banpará e o Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC, que garantem maior facilidade e comodidade para a realização de transações,

Comentário do Desempenho



obtenção de informações sobre produtos e serviços e registro de reclamações, sugestões ou elogios, por telefone. No 3º trimestre de 2013, foram realizados 10.613 atendimentos por telefone via SAC, havendo decréscimo de 3,49% em atendimentos em relação ao mesmo período em 2012 e 10.932 atendimentos via Central Banpará.

- ✓ **Correspondente Bancário** - É uma rede alternativa para a prestação de algumas transações financeiras como pagamento de contas de consumo, pagamento de títulos, saque, depósito e recarga de celular. Os serviços podem ser utilizados por correntistas e não correntistas do Banco. Com a implantação dos serviços de Correspondente no País, com início em agosto de 2012, o Banpará ganhou capilaridade e horário flexível de funcionamento, favorecendo melhor atendimento às necessidades da comunidade. No 3º trimestre de 2013, foram realizadas 21.574 transações, movimentando um total de R\$7.220.791,30.

6. Gestão Corporativa

6.1 Governança Corporativa

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, o BANPARÁ vem aprimorando continuamente a qualidade e transparência das informações prestadas aos seus acionistas, ao público em geral e aos demais interessados, levando-se em conta elevados padrões éticos.

Esse esforço concretiza-se na adoção de um conjunto de práticas que asseguram a contínua melhoria do desempenho da Instituição, propiciando uma gestão com alta responsabilidade social e geração de valor.

O BANPARÁ é administrado por um Conselho de Administração composto de seis membros efetivos e mesmo número de suplentes, assegurada, na sua composição, o assento de um representante dos acionistas minoritários e um dos empregados, e por uma Diretoria Colegiada composta de seis membros, sendo pelo menos um deles escolhido entre os empregados do quadro de carreira.

O Conselho Fiscal é permanente e integrado por três membros efetivos e três suplentes com mandato de um ano, sendo um deles, e o respectivo suplente, eleitos pelos acionistas minoritários.

O BANPARÁ mantém Comitês consultivos, deliberativos, e consultivos e deliberativos, criados pela Diretoria Colegiada, e estruturados como órgãos colegiados e multidisciplinares.

A Ética está presente, principalmente por meio do Código de Ética, com o objetivo de fomentar valores e princípios institucionais do BANPARÁ entre os administradores, parceiros, fornecedores, colaboradores e prestadores de serviços.

No que diz respeito à sustentabilidade, direcionamos as ações em três pilares:

Comentário do Desempenho

- ✓ Finanças Sustentáveis, com o foco em inclusão bancária, em variáveis socioambientais para concessões de crédito e oferta de produtos;
- ✓ Gestão Responsável, com ênfase na valorização dos colaboradores, na melhoria do ambiente de trabalho e nas práticas eco eficientes;
- ✓ Investimentos Socioambientais, focando educação, meio ambiente, cultura e esporte.

6.2 Gestão de Riscos

O Banpará quanto à gestão de riscos e de capital, desenvolve suas atividades de acordo com os padrões recomendados pelo Acordo de Basiléia e de forma alinhada às boas práticas de mercado. Para tanto, são promovidas a atualização e o aprimoramento contínuo das políticas, dos processos e dos sistemas de gerenciamento de riscos com foco nos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

Com vistas às implementações de Basiléia III, foram iniciadas as ações para aprimoramento dos sistemas, processos e procedimentos, visando a adequação ao novo ambiente regulatório. Referente à exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao Índice de Basiléia, cujo valor espelha a relação entre o capital da instituição e o volume de recursos exigidos para fazer face aos riscos de suas operações, o Banpará encerrou o 3º trimestre de 2013 com índice de 18,97%, bem acima dos 11% estabelecidos pelo Bacen, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

6.3 Controles Internos e Compliance

A área de Controle Interno e Compliance é responsável por promover, em conjunto com as demais áreas, a adequação, o fortalecimento e o gerenciamento do sistema de controles internos do Banco, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade dos negócios.

Nesse contexto, no decorrer do terceiro trimestre, redefiniu procedimentos e rotinas internas de gestão, dentre as quais citamos as mais relevantes:

- ✓ Monitoração mensal das principais atividades e sistemas utilizados no Banco, acompanhando suas alterações/atualizações com o objetivo de identificar potenciais falhas e inconformidades de gestão, de forma a adequar os controles com os fluxos processual e sistemático de cada unidade;
- ✓ Intensificação dos trabalhos realizados juntamente com o Núcleo de Auditoria Interna na análise dos Sumários Executivos de auditorias operacionais, com respectivo posicionamento àquele núcleo acerca dos planos de ação ativados para correção das deficiências constatadas.

Tais ações denotam a busca constante pelo aperfeiçoamento e desenvolvimento da gestão praticada, alinhada às melhores práticas existentes

Comentário do Desempenho

no mercado financeiro e em consonância aos preceitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

Com relação à prevenção à lavagem de dinheiro (PLD), o Banpará prossegue adotando procedimentos internos de controle em conformidade com a legislação vigente, com o objetivo de manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral. No 3º trimestre de 2013, foram rastreadas 112.225 movimentações de valor igual ou superior a dez mil reais, com 539 clientes sinalizados para aplicação da política “Conheça seu Cliente”, para os quais foram elaborados 03 processos atinentes à movimentação atípica e sem justificativa plausível aparente, resultando na comunicação de 34 clientes ao COAF, conforme preceitua a Lei 9.613/98, Art.11, item II, § 2º, comunicação de boa-fé.

6.4 Segurança da Informação e Ambientes

A Segurança da Informação no Banpará é constituída por um conjunto de controles representados por procedimentos, processos, estruturas organizacionais, políticas e normas e soluções de tecnologia da informação, com o intuito de proteger as informações, nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Nesse sentido, o Banco promove mensalmente revisões mensais das regras de Firewall, onde são avaliadas regras com maior e menor uso, posicionando-a da melhor forma para que haja um desempenho mais eficiente do equipamento. Aprimorou os processos de aceleração WAN e filtro de conteúdo WEB, através da atualização e manutenção dos componentes de hardware e software da solução Bluecoat. No Filtro Antispam, foram incluídos domínios parceiros em nossa *Whitelist*, o que acelerou a entrega de mensagens de domínios confiáveis. Também foi aumentado o tamanho de anexo permitido na troca de mensagens, que passou de 5 para 10MB, o que melhor corresponde à nossa realidade e facilita sobremaneira o fluxo de informações.

6.5 Tecnologia da Informação

No decorrer do 3º trimestre de 2013, o Banpará continuou o trabalho de modernização de seu parque tecnológico e mapeamento dos principais processos de área de tecnologia, focando na melhoria da qualidade dos sistemas desenvolvidos e nas melhores práticas da Governança de TI.

Os investimentos em novos links de dados, melhorias nos sistemas de transmissão de arquivos, aliados à capacitação de seus analistas de banco de dados contribuem para o oferecimento de serviços de qualidade a seus clientes, funcionários e sociedade.

Comentário do Desempenho**6.6 Ouvidoria**

A Ouvidoria é a representante do cliente-cidadão na instituição. Como função principal, atua na defesa dos direitos dos clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pelo Banco; no esclarecimento quanto aos seus deveres, quanto ao correto encaminhamento dos pleitos e na prevenção e solução dos conflitos. Sua atuação é suplementar e distinta da função desenvolvida pelos canais de atendimento do Banco (Agência, SAC e Call Center), exercendo ainda a função recursal quando a demanda originalmente apresentada nos demais canais de atendimento não apresentar solução satisfatória para o problema.

A Ouvidoria registrou no 3º trimestre de 2013, o total de 64 ocorrências, dentre reclamações (60 registros) e denúncias (04 registros). As demandas envolveram tanto pessoas físicas (63 registros) quanto jurídicas (01 registro), com todos os casos analisados, encerrados e respondidos aos demandantes.

O tema “Atendimento” foi o que representou maior quantidade de registros (40), Operações de Crédito (10), Conta corrente (06), outros temas (08). Após o tratamento junto às áreas gestoras, 39 das demandas foram julgadas Improcedentes e 25 Procedentes Solucionadas. O Canal RDR/BACEN foi o meio de acesso mais utilizado pelos clientes para registros das demandas (38), seguido pelo Telefone 0800 (18), site (05) e Atendimento Pessoal (03). Comparando com o segundo trimestre/13, a Ouvidoria teve acréscimo de 08 registros no terceiro trimestre.

6.7 Rating

O Banpará foi avaliado pela primeira vez, por duas das maiores Agências Internacionais de Classificação de Risco de Crédito, Standard & Poor's e Moody's. Ambas atribuíram ao Banco, em escala nacional, grau elevado de investimento. Destaca-se que os rating atribuídos são de perspectiva estável.

Na escala nacional Brasil, a S&P atribuiu ao Banpará rating de longo prazo AA+ e BB+ na escala global, também de longo prazo. Isso reflete a opinião da agência de que o Banco continuará expandindo as atividades e diversificando suas linhas de negócios no Estado do Pará, mantendo fortes níveis de capital.

No que se refere à agência de rating Moody's, as notas atribuídas ao Banco foram A2.br para depósito de longo prazo em escala nacional e Ba3 para depósito de longo prazo em escala global, ambos com perspectiva estável.

A avaliação por renomadas agências de rating possibilitará ao Banco o acesso a investidores institucionais, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, o que aumentará, consideravelmente, o leque de recursos que poderão ser aplicados na expansão do crédito no Estado do Pará.

Comentário do Desempenho**7. Pessoas**

A capacitação e o desenvolvimento do corpo funcional do Banco foram prioridades no 3º semestre/2013, objetivando a excelência na prestação dos serviços ofertados e o acompanhamento das tendências do setor bancário. Para tanto, foram ofertadas 335 vagas em treinamentos.

Os investimentos em treinamentos, nesse trimestre, alcançaram o montante de R\$ 394 mil com destaque para o Programa de Formação de Líderes para todas as unidades de negócio, bem como cursos para as áreas de tecnologia, jurídico, auditoria, contabilidade, planejamento e gestão de pessoas, visando, principalmente, a atualização de conhecimentos e o desenvolvimento de competências necessárias à melhoria no desempenho dos colaboradores, com a expectativa de melhoria da qualidade e competitividade no mercado interno e externo e em perfeito alinhamento às estratégias e objetivos institucionais.

Nesse contexto, foram realizadas 57 (cinquenta e sete) novas contratações de funcionários, no 3º trimestre/2013, os quais participaram de processo de integração e treinamento para aquisição de conhecimentos voltados à atividade bancária, Políticas Internas, além de informações sobre as principais leis e normas que regem as atividades da empresa; regras de negócios sobre os produtos e serviços bancários; Matemática Financeira, com uso da HP 12C; e curso de Formação de Caixa Executivo.

No 3º semestre/2013, foram beneficiados 29 funcionários em cursos de Graduação e 17 em cursos de Pós-Graduação, perfazendo um total de 85 contemplados pelo Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará – PDEB, que visa a melhoria profissional dos funcionários, dispondo de um orçamento anual no valor de R\$ 650 mil.

Em 30 de setembro de 2013, o Banpará contava em seu quadro de pessoal com 1.525 funcionários, 135 estagiários e 35 jovens aprendizes.

8. Sustentabilidade

O Banpará, alinhado com as práticas de desenvolvimento sustentável, investe em ações que contribuem para equilibrar aspectos sociais, ambientais e culturais, e contribuir com a redução da pobreza e da desigualdade social e valorizar a cultura paraense. As principais ações destacam-se a seguir:

8.1 Esportivo:

- Futebol paraense - projeto que visa contribuir para o fortalecimento da prática esportiva por meio de patrocínio aos clubes de futebol - 1ª divisão, no Pará.
- Copa Jigoro Kano de Judo - projeto que oportuniza aos atletas paraenses das diversas categorias do Judô um intercâmbio construtivo para as suas carreiras.

Comentário do Desempenho

- 11º Copão de Futebol da região do Eixo Forte - promover atividade esportiva das grandes áreas do Alto Rio Tapajós, Arapixuna e Arapiuns do município de Santarém, priorizando o intercâmbio entre as comunidades pertencentes às regiões rurais, edificando entre si o bom relacionamento esportivo, cultural e social, visando o bem comum entre os comunitários com a prática do esporte sadio, lazer e entretenimento.

8.2 Cultural

- XXVI Festival Internacional de Música do Pará – documentário de média-metragem sobre o movimento da música contemporânea no Pará, para a comunidade paraense.
- Arte Viva – projeto que proporciona a população carente da região oeste do Pará, oficinas de iniciação à linguagem do palhaço às crianças, adolescentes e adultos e pessoas da 3ª idade, para despertar o lúdico, formar atores e descobrir talentos.
- Circuito das Artes – espetáculos musicais, amostras visuais, oficinas de iniciação musical, de teatros, danças regionais, fotografia, materiais recicláveis, práticas de leitura, em 39 bairros periféricos de Belém do Pará.
- Olhos D'água – projeto de natureza cultural que consistiu em produzir um filme de média metragem sobre o cinema do Pará, cujo público alvo é a população do Estado do Pará.
- Terruá Pará – documentário de natureza cultural, sobre o movimento da música paraense, que leva a sociedade a sentir-se dentro da música de um lugar, chamado Pará.

8.3 Meio Ambiente

- Programa Ambiente Amigo do Banpará – projeto que contribui para a preservação ambiental, por meio do qual os funcionários e clientes utilizam louças (copos e xícaras) em substituição ao material descartável, adotando uma cultura de preservação e de consciência ambiental;
- Coleta seletiva do papel – projeto que visa o sustento de 55 famílias de baixa renda (cooperativa de catadores) da periferia de Belém do Pará, por meio da reciclagem de papel inservível ao Banco.
- Projeto TI Verde do Banpará - uso de equipamentos de informática com componentes sustentáveis, para a redução do consumo de energia elétrica, virtualização da tecnologia, e reaproveitamento quando do descarte por terceiros.

Comentário do Desempenho

**8.4 Investimento Social**

- Programa NavegaPará – parceria para promover a inclusão digital da população de baixa renda, por meio da instalação de infocentros em comunidades carentes.
- Projeto Cesta de Três - inclusão social de pessoas portadoras de deficiência física (cadeirantes), com baixa renda familiar por meio do incentivo a prática esportiva de basquetebol.
- Projeto Casa do Menino Jesus III - assistência a crianças e adolescentes carentes portadores de câncer, oriundos do Interior do Estado do Pará, na condição de mantenedor da Casa do Menino Jesus III.
- Contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais - para o quadro funcional do Banpará, e de terceiros por meio da parceria com a Associação Paraense dos Portadores de Deficiência – APPD.
- Programa Nova Vida - parceria para promover informação sobre a prevenção, tratamento e recuperação de dependentes químicos;

8.5 Ações de Desenvolvimento Econômico e Social

O BANPARÁ atua como instituição financeira de fomento e como agente financeiro do Governo do Estado do Pará e de Governos Municipais, estimulando o desenvolvimento econômico e social do Estado.

- O BANPARÁ COMUNIDADE é uma iniciativa do banco no segmento de microcrédito que objetiva fomentar a economia paraense através da disponibilização de crédito aos pequenos empreendedores do setor informal e de baixa renda. Do início do ano até o 3º trimestre de 2013, foram concedidas 5.225 operações de crédito, que resultaram na aplicação de R\$31.775 mil em 112 municípios paraenses, gerando e/ou mantendo 12.766 postos de trabalho.
- O BANPARÁ iniciou a operacionalização com recursos controlados obrigatórios advindos do CRÉDITO RURAL, na linha de financiamento PRONAF ECO para financiamento de investimentos para implantação, utilização e/ou recuperação em energias renováveis e sustentabilidade ambiental, mais especificamente para implantação das culturas do dendê foram contratadas 4 operações no município de Moju, no montante de R\$318,5 mil.
- O BANCO DO PRODUTOR aplicou, do início do ano até o 3º trimestre de 2013, R\$7.048 mil em 6 projetos localizados em 6 municípios do Estado, gerando e/ou mantendo 251 postos de trabalho diretos.
- O CREDCIDADÃO criou três novas linhas de financiamento com o objetivo de beneficiar as categorias de mototaxistas, batedores de açai e os moradores dos municípios atingidos pelas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Liberou do início do ano até o 3º trimestre de 2013, 430

Comentário do Desempenho

operações que resultaram na aplicação de R\$ 2.185 mil, gerando e/ou mantendo 2.459 postos de trabalho.

- O FDE INCENTIVOS FINANCEIROS beneficia, atualmente, 2 empresas que já receberam na forma de financiamento, do início do ano até o 3º trimestre de 2013, o montante de R\$ 7.124 mil. As empresas ainda mantêm 1.074 empregos diretos, trazendo inúmeros benefícios à economia da região.
- O PARÁ RURAL aplicou, do início do ano até o 3º trimestre de 2013, R\$ 4.847 em 19 Associações e Cooperativas, beneficiando mais de 2 mil famílias de produtores rurais.
- O BANPARÁ iniciou a operacionalização com recursos de repasse advindos do BNDES, na linha de financiamento BNDES PSI – BK NOVOS para financiamento à aquisição de máquinas e equipamentos, foram contratadas 4 operações nos municípios de Belém e Ananindeua, sendo do início do ano até o 3º trimestre de 2013, aplicados o montante de R\$388 mil.
- O BANPARÁ administra 10 FUNDOS DE DESENVOLVIMENTOS MUNICIPAIS, dos quais 6 estão em funcionamento, nos municípios de Belém, Ananindeua, Santarém, Moju, Óbidos, e Xinguara. Do início do ano até o 3º trimestre 2013, foram aplicados R\$7,5 mil em 9 operações no município de Xinguara.

9. Informações Legais

9.1 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O BANPARÁ adota a política de distribuir 40% do Lucro Líquido auferido (payout), sob a forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – JCP, em periodicidade trimestral.

No 3º trimestre de 2013, foram pagos, na forma de Juros sobre o Capital Próprio, o montante de R\$ 5.216 mil.

9.2 Circular nº 3.068/2001

O BANPARÁ declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 166.979 mil, representando 29,9% do total de títulos e valores mobiliários.

Comentário do Desempenho**9.3 Auditoria Independente**

Em cumprimento ao contido no art. 2º, da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, os de Auditoria Externa.

Agradecimentos

Agradecemos nossos acionistas e clientes pela confiança na Instituição, e ao Governo do Estado do Pará pelo apoio recebido. Aos empregados e colaboradores, o agradecimento especial pelos resultados e as conquistas positivas alcançadas o terceiro trimestre de 2013.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
RELATIVAS AO 3º TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, bairro Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio.

2 Apresentação das informações trimestrais

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Os pronunciamentos conceitual básico CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das informações trimestrais do BANPARÁ. Os pronunciamentos CPC 10 e CPC 23 não produzem efeitos na elaboração das demonstrações financeiras do BANPARÁ.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Base de preparação e declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do CMN, do BACEN e de práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações contábeis intermediárias contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa, ao valor justo de determinados instrumentos financeiros, à provisão para causas judiciais, a outras provisões e aos planos de suplementação de aposentadoria. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

b. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

d. Ativo circulante e realizável em longo prazo*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução BACEN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo BANPARÁ para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por disponibilidades.

Rubricas correspondentes	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2012
Disponibilidades em moeda nacional	119.159	111.280	103.772
Disponibilidades em moeda estrangeira	851	553	240
Total de disponibilidades (caixa)	120.010	111.833	104.012
Aplicações interfinanceiras de liquidez	792.459	470.196	-
Títulos e valores mobiliários	392.324	33.135	174.245
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.304.793	615.164	278.257

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O BANPARÁ possui papeis classificados em:

- I. Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- II. Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. O registro dos "Títulos mantidos até o vencimento" em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor de mercado. O valor de mercado geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor de mercado possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo



circulante, independente de suas datas de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado do período, independentemente da categoria em que são classificados.

Instrumentos financeiros e derivativos

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o BANPARÁ não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do BANPARÁ, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

CVS são títulos recebidos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O FCVS, criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos, e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Notas Explicativas



A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. É mantida provisão para desvalorização de 50% do valor de registro. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. Segundo as normas bancárias brasileiras, o BANPARÁ deve dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

Com relação aos bens em regime especial, cujo prazo de alienação extrapole um ano, aplica-se o percentual de 100% como provisão para perdas com desvalorização.

e. Ativo permanente

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

No imobilizado de uso, são registrados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

• Imóveis de uso - Edificações	4%
• Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
• Demais itens	10%

A Administração do BANPARÁ entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de acordo com a Resolução CMN nº 3.642, de 26 de novembro de 2008.

f. Redução ao valor recuperável de ativos

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores, bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa; dos dois, o maior.

g. Depósitos e captações, no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

Notas Explicativas



- Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a Administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas informações trimestrais.

i. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 3.655/2008, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

j. Estimativas contábeis

A preparação das informações trimestrais inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões, cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

k. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do BANPARÁ, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Deliberação CVM nº 695/2012.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do BANPARÁ. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial. Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrerem ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.



l. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

m. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 30 de setembro de 2013.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez.

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

Títulos	30.09.2013	31.12.2012
Posição bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro	995	135.023
Letras do Tesouro Nacional	540.464	230.000
Nota do Tesouro Nacional	250.999	100.019
Depósitos interfinanceiros:		
Não ligadas	-	-
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	125.160	123.903
Total	917.618	588.945

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	30.09.2013	3º TRI 2013	30.09.2012	3º TRI 2012
Posição Bancada	40.290	14.439	24.105	4.680
Depósitos Interfinanceiros	4.802	1.547	5.199	1.675
Total	45.092	15.986	29.304	6.355

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

5. Títulos e valores mobiliários

a. Classificação por tipo de papel:

Títulos	30.09.2013	31.12.2012
Livres		
Letras Financeiras do Tesouro (renda fixa)	232.558	239.555
CVS	166.606	175.927
Letras imobiliárias (a)	104.263	36.700

Notas Explicativas



FIP (renda variável)	373	-
Vinculados a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro	52.623	30.067
Vinculados à prestação de garantia		
Letras Financeiras do Tesouro	2.880	2.723
Total	559.303	484.972
Circulante	392.697	309.045
Realizável em longo prazo	166.606	175.927

b. Classificação por categoria e vencimento:

30.09.2013					31.12.2012			
Tipo	Valor de custo	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Faixa de vencimento	Valor de custo	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado	Faixa de vencimento
LCI	7.430	(101)	7.329	22.10.2014	3.068	3.068	-	22.02.2013
LCI	5.275	(75)	5.200	28.11.2012	2.109	2.109	-	25.04.2013
LCI	6.327	(90)	6.237	28.11.2014	5.217	5.217	-	17.06.2013
LCI	8.407	(55)	8.352	31.01.2014	1.031	1.031	-	06.08.2013
LCI	4.189	(33)	4.156	06.01.2014	3.080	3.080	-	23.08.2013
LCI	7.308	(50)	7.258	17.02.2014	4.062	4.062	-	27.09.2013
LCI	3.123	(51)	3.072	22.02.2015	7.079	7.079	-	22.10.2014
LCI	6.226	(43)	6.183	21.03.2014	6.028	6.028	-	28.11.2014
LCI	7.214	(52)	7.162	06.05.2014	5.026	5.026	-	28.11.2014
LCI	3.085	(33)	3.052	06.05.2014	-	-	-	-
LCI	10.200	(75)	10.125	23.06.2014	-	-	-	-
LCI	10.200	(74)	10.126	23.06.2014	-	-	-	-
LCI	5.035	(48)	4.987	19.08.2015	-	-	-	-
LCI	3.021	(20)	3.001	28.02.2014	-	-	-	-
LCI	5.034	(31)	5.003	29.10.2013	-	-	-	-
LCI	3.021	(19)	3.002	28.10.2013	-	-	-	-
LCI	4.029	(13)	4.016	25.08.2014	-	-	-	-
LCI	4.001	-	4.001	17.09.2015	-	-	-	-
LCI	2.000	-	2.000	29.11.2013	-	-	-	-
LFT	288.034	28	288.062	07.09.2015	272.389	272.345	(44)	07.09.2015
FIP	373	-	373		-	-	-	-
CVS	166.606	(47.654)	118.952		175.927	134.388	(41.539)	-
Total	560.138	(48.489)	511.649		485.016	443.433	(41.583)	-

Marcação a mercado (MaM) da LFT

O valor nominal atualizado é calculado a partir do acúmulo da taxa SELIC entre a data de emissão e a data da MaM.
O preço de mercado (PU) da LFT é obtido pela aplicação do deságio no valor nominal pela taxa correspondente.

30.09.2013**Próprio – Bancada para negociação**

Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07/09/2015	40.366	5.761,2248	232.558

Total**232.558****30.09.2013****Próprio – Financiado para negociação**

Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07/09/2015	9.134	5.761,2248	52.623

Total**52.623****30.09.2013****Próprio – Vinculados de papéis para negociação**

Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07/09/2015	500	5.761,2248	2.880

Total**2.880****31.12.2012****Próprio – Bancada para negociação**

Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07/09/2015	43.980	5446,906232	239.555

Total**239.555****31.12.2012****Próprio – Financiado de papéis para negociação**

Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07/09/2015	5.520	5446,906232	30.067

Total**30.067****31.12.2012****Próprio – Vinculados de papéis para negociação**

Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós - SELIC	07/09/2015	500	5446,906232	2.723

Total**2.723**

Notas Explicativas

Cotação das CVS em relação ao mercado:

Conforme pesquisa realizada ao mercado (corretoras com as quais o BANPARÁ opera), onde foi considerado o mercado comprador, as ofertas obedeceram aos seguintes percentuais de deságio em relação aos valores em nossa carteira:

Classe	Acompanhamento Saldo CVS					
	30.09.2013			31.12.2012		
CVS	Saldo	%	Valor mercado	Saldo	%	Valor mercado
A	48.797	80,33	39.198	51.526	86,30	44.467
B	114.269	67,46	77.086	120.658	72,02	86.898
C	2.171	80,33	1.744	2.292	86,30	1.978
D	1.369	67,46	924	1.451	72,02	1.045
TOTAL	166.606		118.952	175.927		134.388

Os títulos CVS do BANPARÁ encontram-se classificados como mantidos até o vencimento.

c. Rendas com títulos e valores e mobiliários

	30.09.2013	3º TRI 2013	30.09.2012	3º TRI 2012
Rendas de títulos de renda fixa	24.428	9.603	22.977	7.061
Rendas de títulos de renda Variável	143	136	-	-
Rendas de participações societárias	293	45	332	117
Desvalorização de Títulos Livres	(11.755)	-	-	-
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado de TVMs	(1.062)	(771)	86	(548)
TOTAL	12.047	9.013	23.394	6.630

6. Relações interfinanceiras**Composição:**

	30.09.2013	31.12.2012
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	8.252	27
Relações com correspondentes	802	90
Recolhimentos de recursos do Crédito Rural - BACEN	1.598	-
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	87.024	109.178
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN (a)	112.094	96.303
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	43.847	41.329
Outros depósitos compulsórios – Crédito rural Resolução BACEN nº 3.109/2003	10.582	6.485
Outros	-	3.337
Total	264.199	256.749
Circulante	220.352	215.420
Realizável em longo prazo	43.847	41.329

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista.

Notas Explicativas

- (b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, já homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O BANPARÁ possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 43.846, referentes a 269 contratos, todos habilitados e homologados pela CEF, mas que dependem do processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/00, para sua realização.

Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR).

Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

O BANPARÁ possui em sua carteira 146 contratos no valor total de R\$ 26.880, cuja cobertura pelo FCVS foi negada pela CEF por alegação de indicio de multiplicidade e outras situações. A Administração decidiu por não reconhecer contabilmente os referidos créditos, por ainda não terem sido homologados pela CEF.

Existem também 10 contratos habilitados em processo de homologação pela CEF.

7. Operações de crédito e outros créditos

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito:

a. Por tipo de Operação

	30.09.2013	31.12.2012
Operações de Crédito		
Adiantamentos a Depositantes	828	1.174
Empréstimos	2.608.421	2.147.278
Financiamentos	388	-
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	7.354	7.343
Financiamentos Imobiliários	963	2.403
Total	2.617.953	2.158.198
Circulante	1.221.049	907.499
Realizável em longo prazo	1.396.904	1.250.699
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8)	47.835	27
Subtotal de Outras Rubricas com Característica de Crédito (Nota 8)	47.835	27
Total da Carteira de Crédito	2.665.788	2.158.225

**b. Por faixas de vencimento e nível de risco:**

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2013	31.12.2012
Parcelas Vincendas (A Vencer)	-	2.418.477	40.320	69.828	12.795	12.082	15.925	6.994	25.360	2.601.781	2.140.018
Até 30 dias	-	135.093	6.989	10.660	1.625	1.457	851	590	2.655	159.921	105.258
31 a 60 dias	-	60.238	4.114	4.732	793	628	581	249	1.219	72.555	101.527
61 a 90 dias	-	136.916	11.359	20.661	2.733	2.728	1.910	1.926	3.093	181.325	93.193
91 a 180 dias	-	289.973	8.363	9.942	2.022	1.950	3.348	867	3.533	319.997	194.136
181 a 360 dias	-	436.293	4.859	10.094	2.095	1.833	1.443	1.140	4.752	462.508	384.827
Acima de 360 dias	-	1.355.764	3.714	12.723	2.931	3.165	7.585	2.100	8.922	1.396.904	1.250.699
Parcelas Vencidas até 14 dias	-	4.199	922	1.015	597	322	208	122	1.186	8.572	10.378
Parcelas Vencidas	-	-	3.727	8.068	6.419	7.909	6.390	5.626	25.868	64.007	18.207
15 a 30 dias	-	-	3.727	1.826	305	244	78	61	539	6.778	2.222
31 a 60 dias	-	-	-	6.242	1.076	832	534	360	2.014	11.058	3.359
61 a 90 dias	-	-	-	-	5.038	887	705	239	2.173	9.042	2.653
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	5.946	5.074	4.966	7.232	23.217	5.256
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	13.505	13.505	4.234
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	406	406	483
Total em 09.2013	-	2.418.477	44.047	77.895	19.214	19.991	22.315	12.620	51.228	2.665.788	
Total em 12.2012	-	1.956.385	11.450	52.917	93.611	4.216	11.341	2.915	25.390		2.158.225

c. Por Setores de Atividade

Setor Privado	30.09.2013	%	31.12.2012	%
Pessoas Físicas	2.561.068	96,07	2.106.083	97,58
Pessoas Jurídicas	96.403	3,62	42.396	1,96
Rural	7.354	0,27	7.343	0,35
Habitação	963	0,04	2.403	0,11
Total	2.665.788	100,00	2.158.225	100,00

d. Concentração dos Principais Devedores

	30.09.2013	%	31.12.2012	%
Principal devedor	5.118	0,19	7.813	0,36
10 maiores devedores	31.339	1,18	18.348	0,85
20 maiores devedores	24.195	0,90	11.710	0,54
50 maiores devedores	24.941	0,94	15.812	0,73
100 maiores devedores	29.927	1,12	22.197	1,03
Demais devedores	2.550.268	95,67	2.082.345	96,49
Total	2.665.788	100,00	2.158.225	100,00

7.2. Provisões para perdas em operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constituiu-se provisão para créditos de liquidação duvidosa a taxas que variam entre 0,5% e 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Itens	30.09.2013	31.12.2012
Saldo no início do Trimestre	(82.218)	(39.020)
Provisões constituídas	(59.306)	(75.473)
Reversões de provisões	37.959	25.058
Valores baixados ou compensados com créditos	10.383	34.225
Provisão para perdas nas operações de crédito Circulante	(93.183)	(55.210)
Realizável em longo prazo	(43.462)	(23.215)
Realizável em longo prazo	(49.721)	(31.995)
Saldo no início do Trimestre outros créditos	(1.320)	-
Provisões constituídas	(82)	(1)
Reversões de provisões	580	-
Provisão para perdas em outros créditos com car. de concessão (Nota 8)	(821)	(1)
Total provisão para perda com operações de crédito	(94.004)	(55.211)

Notas Explicativas



7.3 Rendas de operações de crédito

	30.09.2013	3º TRI 2013	30.09.2012	3º TRI 2012
Adiantamento a depositante	1.579	788	568	221
Empréstimo	561.551	204.333	418.523	156.082
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.980	1.750	4.730	1.102
Títulos descontados	34	34	-	-
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	1.019	100	1.101	432
Financiamentos rurais	321	104	444	175
Total	569.484	207.109	425.366	158.012

8. Outros créditos sem características de concessão de crédito

	30.09.2013	31.12.2012
Circulante		
Rendas a receber	2.464	5.005
Dividendos e bonificações	-	6
Serviços prestados a receber	2.460	4.068
Outras rendas a receber	4	931
Diversos	147.428	77.795
Adiantamento e antecipações salariais	3.806	1.798
Adiantamento para pagamento	1.259	6.865
Crédito tributário - IR/CSLL (a)	8.595	7.563
Devedores por depósitos em garantia (b)	34.512	30.923
Imposto e contribuições a compensar	4.730	1.543
INSS (c)	3.149	20
Outros	1.581	1.523
Pagamentos a ressarcir	3.327	1.268
Título e crédito a receber (d) (Nota 7)	47.835	27
Devedores diversos – País (e)	43.364	27.808
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(3.184)	(1.620)
Com características de concessão de créditos – BANPARÁ Mastecard	(821)	(1)
Sem características de concessão de créditos	(2.363)	(1.619)
Total do circulante	146.708	81.180
Realizável em longo prazo		
Diversos	36.667	46.303
Crédito tributário - IR/CSLL (a)	36.667	46.303
Total realizável em longo prazo	36.667	46.303
Total	183.375	127.483

(a) Os créditos tributários de IR e CSLL foram constituídos e registrados com base nos fundamentos demonstrados na Nota Explicativa nº 21(b). A variação reflete a utilização do crédito tributário de períodos anteriores e ativação de crédito tributário em 2012.

(b) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. Os valores estão demonstrados na Nota Explicativa nº 12(d). O aumento corresponde à atualização dos depósitos judiciais.

(c) O valor do INSS registrado no Circulante – R\$3.149.mil, (20 mil em 31 de dezembro de 2012), refere-se a Créditos Previdenciários constituídos sob desoneração (imunidade, isenção ou não incidência) da Folha de pagamento oriundos de contribuições previdenciárias.

Créditos Previdenciários a Compensar, previstos de realização.

Projeção de Realização	2013	2014
Crédito Previdenciário	1.007	2.142
Total	1.007	2.142

Notas Explicativas

- (d) O saldo de Título e Crédito a Receber – Com Característica de Concessão de Crédito – BANPARÁ Mastercard no valor de R\$47.835 mil e 27 (em 31 de dezembro de 2012) está assim distribuído:

	30.09.2013	31.12.2012
Valores a Faturar	4.976	11
Faturados a Receber	14.272	-
Parcelado Lojista a Agendar Bandeira	28.587	16
Total	47.835	27

- (e) O montante de Devedores Diversos – Pais compreende o subtítulo Transitória de Consignado, com saldo de R\$ 31.622mil, e R\$ 27.362mil (em 31 de dezembro de 2012). e registra os valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes. A variação acompanha o aumento da carteira de crédito.

9. Imobilizado de uso

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

IMOBILIZADO DE USO	Taxa anual	Saldo anterior 31.12.2012	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação Acum. 2013	Valor Patrimonial 30.09.2013	Valor Patrimonial 31.12.2012
Móveis e equip. em estoque	-	1.807	6.180	-	(2.249)	-	5.737	1.807
Imobilizações em cursos	-	10.231	16.151	(1.696)	(5.523)	-	19.163	10.231
Imóveis em uso	4	45.093	7	-	-	(34.228)	10.872	11.996
Móveis e equip. de uso	10	8.279	1.778	(31)	-	(4.212)	5.814	4.634
Sistema de comunicação	20	1.277	838	-	-	(410)	1.705	984
Sistema de proc. de dados	20	42.696	2.157	(115)	7.772	(30.315)	22.194	16.822
Sistema de segurança	10	5.076	126	24	-	(1.637)	3.543	3.794
Sistema de transporte	20	283	48	-	-	(137)	194	183
TOTAL		114.742	27.285	(1.866)	-	(70.939)	69.222	50.451

10. Captações

a. Depósitos:

	30.09.2013	31.12.2012
Circulante		
Depósitos à vista	771.967	838.260
Depósitos do público	462.210	528.776
Depósitos de instituições financeiras	413	576
Depósitos vinculados	8.938	3.103
Depósitos de Governo	300.406	305.805
Depósitos a prazo	2.019.922	1.413.071
Depósitos de poupança	565.155	502.107
Depósitos interfinanceiros	138.135	120.019
Total do circulante	3.495.179	2.873.457
Realizável em longo prazo		
Depósitos a prazo	222.406	97.665
Total exigível em longo prazo	222.406	97.665
TOTAL	3.717.585	2.971.122

Os depósitos de poupança são atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a TR for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da Taxa SELIC quando a TR for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

Notas Explicativas

**b. Composição dos depósitos por vencimentos:**

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.09.2013	31.12.2012
Sem vencimento	771.967	-	-	565.155	1.337.122	1.344.023
Até 30 dias	-	61.961	-	-	61.961	159.805
De 31 a 60 dias	-	73.808	-	-	73.808	45.245
De 61 a 90 dias	-	181.876	-	-	181.876	34.870
De 91 a 180 dias	-	407.757	50.322	-	458.079	278.355
De 181 a 360 dias	-	1.294.520	87.813	-	1.382.333	1.011.159
Acima de 360 dias	-	222.406	-	-	222.406	97.665
TOTAL	771.967	2.242.328	138.135	565.155	3.717.585	2.971.122

c. Composição por segmento de mercado:

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.09.2013	31.12.2012
Sociedades ligadas	288.197	1.748.519	-	-	2.036.716	1.552.781
Pessoas físicas	341.619	105.393	-	546.422	993.434	954.107
Invest. institucionais	413	77.431	138.135	-	215.979	161.269
Pessoas jurídicas	119.937	310.985	-	18.733	449.655	292.290
Governo municipal	16.392	-	-	-	16.392	9.698
Outros	5.409	-	-	-	5.409	977
TOTAL	771.967	2.242.328	138.135	565.155	3.717.585	2.971.122

d. Despesas de captação:

	30.09.2013	3º TRI 2013	30.09.2012	3º TRI 2012
Depósitos de poupança	21.271	8.145	18.711	6.116
Depósitos interfinanceiros	6.710	2.452	5.637	1.931
Depósitos a prazo	112.809	45.483	87.357	27.141
Depósitos judiciais	866	333	929	282
Op.compromissadas - C própria e Terceiros	1.090	745	1.310	523
Letras financeiras	9.984	3.893	-	-
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	4.073	1.475	2.809	941
TOTAL	156.803	62.526	116.753	36.934

11. Emissão de títulos

	30.09.2013	31.12.2012
Realizável em longo prazo		
Recursos de letras imobiliárias	176.289	166.306
Total exigível em longo prazo	176.289	166.306
Total	176.289	166.306

As captações efetuadas mediante a emissão de títulos de Letras Financeiras, observadas as condições determinadas pela Resolução BACEN nº 3.836/2010, são as seguintes:

			30.09.2013			
Cliente	Papel	Vencimento	Taxa Custo % Índice (CDI)	PU Abertura Valor Aplicado	Quantidade	Total
BANRISUL	LF-POS-CDICE	19/11/2014	105,0000	1.067.727,8500	5	5.339
CEF	LF-POS-CDICE	05/12/2014	106,0000	532.357,7350	80	42.588
ITAU BBA	LF-POS-CDICE	14/11/2014	107,0000	534.840,1700	240	128.362
Total	-	-	-	-	325	176.289



31.12.2012

Cliente	Papel	Vencimento	Taxa Custo % Índice (CDI)	PU Abertura Valor Aplicado	Quantidade	Total
BANRISUL	LF-POS-CDICE	19/11/2014	105,0000	1.008.197,45	5	5.041
CEF	LF-POS-CDICE	05/12/2014	106,0000	502.401,985	80	40.192
ITAU BBA	LF-POS-CDICE	14/11/2014	107,0000	504.469,075	240	121.073
Total	-	-	-	-	325	166.306

12. Outras obrigações

	30.09.2013	31.12.2012
Circulante		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	14.797	940
Sociais e estatutárias (a)	191	10.934
Fiscais e previdenciárias	17.677	18.444
Negociação e intermediação de valores	7.971	7.542
Cheque administrativo	592	1.233
Contrato de assunção de obrigações	3.080	6.306
Obrigações para contribuições ao SFH	9	9
Obrigações por convênios	9.922	5.026
Obrigações por prestação de serviços	3.753	9.297
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	50.745	36.278
Credores diversos – País (c)	51.218	5.556
Passivo contingente – Trabalhista (d)	2.779	4.069
Passivo contingente – Cível (d)	9.205	9.953
Passivo contingente – Tributário (d)	3.146	-
Passivo contingente – Cessão de crédito rural com coobrigação (d)	942	893
Total do circulante	176.027	116.480
Exigível em longo prazo		
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	22.588	24.152
Total exigível em longo prazo	22.588	24.152
TOTAL	198.615	140.632

(a) Sociais e estatutárias

O saldo da conta apresenta valores a ser distribuído aos acionistas conforme explicitado no item 13.2.

(b) Provisão para pagamentos a efetuar

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo da rubrica “Provisões para pagamentos a efetuar” são:

Notas Explicativas



	30.09.2013	31.12.2012
Circulante		
Provisão com pessoal	23.043	15.102
Provisão com Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	8.443	5.348
Obrigação atuarial	8.228	6.166
Provisão para outras despesas administrativas	10.032	6.979
Outros	999	2.684
Exigível em longo prazo		
Obrigação atuarial	22.588	24.152
TOTAL	73.777	60.430
Circulante	50.745	36.278
Exigível em longo prazo	22.588	24.152

(c) Credores Diversos – País

O incremento desse saldo foi em decorrência do lançamento do cartão de crédito Banpará Mastercard ocorrido em dezembro de 2012.

(d) Passivos contingentes

O BANPARÁ é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente.

O valor de R\$ 942 mil, refere-se a provisão constituída para cobrir possíveis perdas nas operações de Credito Rural Securitizados.

Probabilidade de perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	30.09.2013	31.12.2012
Provável	2.779	9.205	3.146	15.130	16.933
TOTAL	2.779	9.205	3.146	15.130	16.933

A Administração do BANPARÁ entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O BANPARÁ, ainda, é parte em processos judiciais de natureza possível, conforme a avaliação de seus assessores jurídicos, no montante de R\$ 5.969 (R\$ 6.275 em 31 de dezembro de 2012), divididos conforme segue:

Probabilidade de perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	30.09.2013	31.12.2012
Possível	362	5.607	-	5.969	6.275
Total	362	5.607	-	5.969	6.275

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Notas Explicativas



Abaixo demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações	30.09.2013		31.12.2012	
	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)
Cíveis	995	14.072	1.037	11.761
Trabalhistas	161	2.541	170	2.986
Tributárias	26	17.899	26	16.176
Total	1.182	34.512	1.233	30.923

(i) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”. Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

(ii) Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

(iii) Cessão de crédito rural com coobrigação:

Trata-se de provisão constituída para cobrir possíveis perdas nas operações de Crédito Rural Securitizados (cedidas) pelo BANPARÁ à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), objeto do contrato de equalização de encargos financeiros e de alongamento de dívidas originárias do crédito rural.

(iv) Obrigações legais – Fiscais e previdenciárias

O BANPARÁ vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 30 de junho de 2013, são:

- **CPMF:** R\$ 2.660 mil. Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o BANPARÁ impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de declarações relacionadas à CPMF. No mérito, é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **ITR:** R\$ 58 mil. Trata-se de execução fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo BANPARÁ em dação em pagamento. O BANPARÁ impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de execução fiscal já em curso. Os acertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da Certidão de Dívida Ativa (CDA). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

- **IPTU:** R\$ 428 mil. Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Belém/PA, visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativos a imóveis do patrimônio do BANPARÁ. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário, tendo em conta que o BANPARÁ já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito administrativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos.

Notas Explicativas

a) *Movimentação das provisões:*

	30.09.2013			31.12.2012		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Trimestre	2.769	9.127	3.094	2.361	9.681	2.610
Atualização Monetária	46	190	52	1.289	1.231	-
Constituições	111	67	-	1.050	340	428
Reversões	(74)	(55)	-	(184)	(829)	(127)
Pagamentos	(73)	(124)	-	(447)	(470)	-
No final do Trimestre	2.779	9.205	3.146	4.069	9.953	2.911

13. **Patrimônio líquido**13.1 **Capital Social**

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto.

Em 03.09.2013 o Banco Central do Brasil – BACEN homologou a proposta da Assembleia Geral Extraordinária do dia 12 de junho de 2013 para aumento de Capital Social do Banco, com a incorporação das Reservas de Lucro sem alterações dos números de ações, alterando o valor para R\$ 400.484 mil.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do BANPARÁ.

Acionista	30.09.2013			31.12.2012		
	Total	%	Total	Total	%	Total
Estado do Pará	9.519.433	99,9767	9.519.433	9.519.433	99,9767	9.519.433
Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do BANPARÁ	755	0,0080	755	759	0,0080	759
Administradores	12	0,0001	12	11	0,0001	11
Demais Acionistas	1.449	0,0152	1.449	1.446	0,0152	1.446
Total	9.521.649	100,00	9.521.649	9.521.649	100,00	9.521.649

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANPARÁ, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.471	2.178	9.521.649	0,0229

¹ Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

² Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas no item 1 acima.

13.2 **Pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio - J.C.P.**

O Conselho de Administração - CONSAD, reunido em 02.07.2013, deliberou sobre o pagamento de Juros sobre Capital Próprio – JCP, referente ao 2º trimestre de 2013 no valor de R\$5.516 mil.

14. **Gestão de risco**

No que diz respeito à gestão de riscos, o BANPARA desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basiléia e de forma alinhada às boas práticas de mercado. Para tanto, são utilizados como processos contínuos o aprimoramento sistemático das políticas de gestão dos riscos, sistemas de controles internos e normas de segurança, todos integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do BANPARÁ. Com vistas à tornar as análises dos Riscos Corporativos mais acuradas foram adotadas as seguintes ações para o período:

Risco de Mercado:

Notas Explicativas

O Risco de Mercado origina-se da variação do valor dos ativos e passivos, causada por mudanças nos preços e taxas de mercado, mudanças na correlação entre eles e nas suas volatilidades. Para mensurar o risco de mercado o BANPARÁ calcula diariamente o valor em risco (VaR) para o horizonte de 1 dia, com 95% de confiança. A verificação da aderência do modelo de cálculo é realizada trimestralmente por análise de Backtesting, a qual valida a metodologia de cálculo que utiliza decaimento exponencial EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), tanto para cálculo do VaR quanto para cálculo de volatilidades.

No decorrer do 3º trimestre de 2013, o VaR manteve-se abaixo do limite máximo de 5% do PR estabelecido na Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado, tendo registrado, o valor máximo de 3,2%, em relação ao PR.

- Análise de Sensibilidade**

O BANPARÁ acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira global, com estimativas do percentual da variação do valor de mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência, com utilização de choque nas taxas de juros que possam causar impactos na carteira do Banco. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados na carteira de negociação (Trading) e os ativos não classificados na carteira de negociação (Banking), para base do 3º Trimestre de 2013:

		set/13			dez/12		
Patrimônio de Referência		484.675			419.833		
Carteira	Fator de Risco	Cenários (Mil)			Cenários (Mil)		
		1	2	3	1	2	3
Trading	Pré	R\$ 130	R\$ 363	R\$ 588	R\$ 8	R\$ 94	R\$ 176
		137 Bp	389 Bp	641 Bp	17 Bp	196 Bp	374 Bp
Banking	Pré	R\$ 67.386	R\$ 183.809	R\$ 291.363	R\$ 8.788	R\$ 98.109	R\$ 181.448
		137 Bp	389 Bp	641 Bp	17 Bp	196 Bp	374 Bp
	TR	R\$ 2.303	R\$ 17.457	R\$ 33.494	R\$ 1.135	R\$ 19.696	R\$ 35.331
		23 BP	192 Bp	407 Bp	11 Bp	188 Bp	365 Bp

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

CENÁRIO 1 – situação provável tendo por base as variáveis de mercado como curvas Pré e TR impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a respectiva data base com o período de 1 ano.

CENÁRIO 2 – situação de deterioração de 25% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas Pré e TR para data base.

CENÁRIO 3 - situação de deterioração de 50% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas pré e TR para data base.

Referente ao risco cambial, o BANPARA realiza operações de troca de moedas, dólar e euro, porém em volume não significativo.

Risco de Crédito:

O Risco de Crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato

Notas Explicativas

de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A classificação de risco realizada pelo BANPARÁ sobre suas operações de crédito contemplam os aspectos estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682/99 realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis: AA; A; B; C; D; E; F; G e H, acompanhados de provisão em montantes suficientes para fazer face às perdas esperadas na realização das operações.

Além dos critérios constantes na Resolução CMN n° 2.682/99, para uma melhor gestão do risco de crédito global, o BANPARÁ adota também um modelo proprietário, o qual viabiliza a identificação das classes de riscos e categorias de clientes considerando fatores internos e externos permitindo maior acurácia no processo de mensuração, avaliação e mitigação desses riscos. O risco de default é minimizado devido às operações de crédito consignado com o funcionalismo público estadual, cuja folha de pagamento é paga através do BANPARÁ. A classificação de risco da carteira de crédito está concentrada no nível A (0,5%), considerado baixo nível de risco.

A parcela de capital regulamentar referente cobertura das exposições ao Risco de Crédito (PEPR), apurada mensalmente, apresentou acréscimo de aproximadamente 26,50% em relação a dezembro de 2012, reflexo das variações ocasionadas pelo crescimento da carteira de crédito, em função da alavancagem dos negócios.

	30.09.13	31.12.12
Total da Carteira de Crédito	2.524.770	2.102.988
Parcela PEPR	258.603	204.420

Risco de Liquidez:

O BANPARÁ define Risco de Liquidez como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco. Para o gerenciamento do risco de liquidez, o Banco estabelece em sua Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, o limite mínimo de liquidez (LML) e o pré acionador do plano de contingência (PAPCo), o qual indica o momento do acionamento do plano de contingência em situações de crises de liquidez.

O Banco mantém o acompanhamento contínuo das suas operações e utiliza o ALM (Asset Liability Management) para mensurar a margem mínima de liquidez. Para a análise são considerados os cenários macroeconômicos e eventos que possam impactar na condição de pagamento do Banco. A margem de liquidez em cenário de normalidade e de stress é projetada para no mínimo 90 dias. Os níveis de liquidez mantêm-se adequados aos compromissos assumidos.

Risco Operacional

O Risco Operacional caracteriza-se pela possibilidade de incidência de perdas oriundas de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, eventos externos, dentre outros relacionados às atividades de uma instituição financeira, pelo qual se faz necessária a sua gestão para monitoramento e deliberação de estratégias de controle, visando a identificação de suas ocorrências e solução de suas consequências.

O gerenciamento do Risco Operacional tem como objetivo garantir um desempenho institucional satisfatório e reduzir a probabilidade da ocorrência de desastres financeiros. No Banpará, essa gestão está alinhada aos preceitos da Resolução CMN n° 3.380, de 2006, bem como agrega as seguintes características de acordo com as melhores práticas do mercado financeiro: a) identificação dos riscos, através do mapeamento de processos, execução da autoavaliação em suas unidades e manutenção de uma base de perdas operacionais; b) avaliação dos riscos, onde os riscos identificados são mensurados sob a ótica da severidade e; c) resposta ao risco, com a elaboração e ativação de planos de ação para mitigação dos riscos que apresentam maior impacto para a instituição, inclusive com definição de responsáveis e prazos, monitorando-os até sua finalização.

A apuração do capital mínimo exigido para cobertura de perdas advindas de riscos operacionais é efetuada com base na Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS), considerando nos cálculos o IE (Indicador de Exposição ao Risco Operacional) e o IAE (Indicador Alternativo de Exposição ao Risco Operacional), conforme estabelece a Circular Bacen n° 3.383, de 30 de abril de 2008.

Notas Explicativas

**Basiléia II**

Referente à exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao Índice de Basiléia, o qual mede a relação entre o capital da instituição e o volume de recursos exigidos para fazer face aos riscos de suas operações, o BANPARÁ encerrou o 3º trimestre do ano de 2013 com índice de 18,97%, acima dos 11% estabelecidos pelo BACEN, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos sem comprometer sua margem operacional.

O BANPARÁ mantém sua política, inclusive com informações adicionais sobre processos de controle de riscos no sítio: www.banparanet.com.br, na rota: O BANPARÁ/Relação com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos.

15. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde**15.1 Plano de suplementação de aposentadoria**

O BANPARÁ patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do BANPARÁ (CAFBEF), entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios denominado Prev-Renda, estruturados na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios: (a) renda temporária - considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev-Renda.

São os seguintes os benefícios de complementação de aposentadoria:

a. Plano Básico de Benefício Definido (BD)

Plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Tem em vista assegurar aos seus participantes a suplementação de aposentadoria e pensão, pecúlio por morte e auxílio-reclusão. A partir da implantação do plano de benefícios denominado Prev-Renda, em 20 de dezembro de 2002, este Plano Básico de Benefícios passou a ser considerado Plano em extinção, não recebendo novas inscrições.

O plano de benefício definido é regido pelo regulamento do Plano Básico, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes benefícios:

1. Suplementação de aposentadoria por invalidez;
2. Suplementação de aposentadoria por idade;
3. Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
4. Suplementação da pensão por morte;
5. Suplementação do auxílio-reclusão;
6. Suplementação do abono anual.

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo.

Participantes assistidos	<u>Setembro/13</u>
Quantidade	20
Idade média (anos)	67
Benefício médio (R\$)	3.039
Pensionistas	
Quantidade	1
Idade média (anos)	70
Benefício médio	833



As principais premissas atuariais, atualizadas semestralmente, na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: não aplicada, por inexistirem ativos;
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57;
- Tábua de serviço: não empregada por inexistirem ativos.

ii) Premissas econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,06% ao ano;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 9,84% no ano ou 4,80% a.s., composta pelo INPC de dezembro de 2011 a novembro de 2012 (5,96%) + 3,66% ao ano;
- Taxa nominal do custo dos juros: 9,84% no ano ou 4,80% a.s., composta pelo INPC de dezembro de 2011 a novembro de 2012 (5,96%) + 3,66% ao ano;
- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: não aplicável;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 100,00%;
- Fator de capacidade para benefícios: 100,00%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,00% ao ano;
- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: 5,74% (INPC de setembro a maio/13).

b. Plano Prev-Renda de Contribuição Definida (CD)

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do BANPARÁ e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O plano de contribuição definido é regido pelo regulamento do Plano Prev-Renda, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, compostos pelos seguintes benefícios:

- 1) Renda temporária;
- 2) Benefícios por morte e por invalidez do participante ativo ou autopatrocinado;
- 3) Benefícios por morte do participante em gozo de benefício;
- 4) Pecúlio por morte ou por invalidez.

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: TASA-1927;
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB 57;
- Tábua de serviço: gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o método dos multidecrementos.

ii) Premissas econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,06%;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 9,84% no ano ou 4,80% a.s., composta pelo INPC de dezembro de 2011 a novembro de 2012 (5,96%) + 3,66% ao ano;
- Taxa nominal do custo dos juros: 9,84% no ano ou 4,80% a.s., composta pelo INPC de dezembro de 2011 a novembro de 2012 (5,96%) + 3,66% ao ano;
- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: 2% ao ano;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 100,00%;
- Fator de capacidade para benefícios: 100,00%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,00% ao ano;

Notas Explicativas



- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: 5,74% (INPC de setembro/12 a maio/13).

Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo BANPARÁ encontra-se em conformidade com o contido na Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, conforme demonstrado a seguir:

a. Plano de Benefício Definido (BD)

As obrigações atuariais em relação a este plano de Benefício Definido encontram-se parcialmente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 7.749 mil e ativo líquido de R\$ 6.654 mil, tendo como resultado déficit atuarial em 30 de setembro de 2013, R\$ 1.095 mil. A redução no déficit atuarial em relação a 31/12/2012 se deveu à alteração da premissa de taxa de juros, que passou de 3,66% a.a. para 5,06% a.a., adequando-se essa premissa ao resultado do duration do passivo previdencial (10 anos).

Os valores devidos pelo BANPARÁ, por conta desse passivo, vêm sendo pagos por meio de contribuições mensais correspondentes a R\$ 15 mil (cota patronal) em 30.09.13 (R\$ 15 mil em dezembro de 2012). No 3º trimestre de 2013, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$ 47 mil (R\$ 45 mil no 3º trimestre de 2012).

b. Plano de Contribuição Definida (CD)

Os benefícios são estruturados em cotas, sendo reajustado pela variação da cota patrimonial, o que impede a ocorrência de insuficiências financeiras, além de serem concedidos como rendas temporárias, eliminando o risco de sobrevivência. Desta maneira, o risco atuarial inerente ao plano Prev-Renda está concentrado apenas no benefício a conceder, para o qual está previsto, nos casos de invalidez e morte, aporte de contribuições, que complementará o saldo da conta do participante, objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

O valor calculado conforme a norma descrita no parágrafo anterior foi avaliado em R\$ 329 mil, estando em 30/09/2013, integralmente coberto pelo fundo de risco destinado à cobertura dos benefícios de risco (invalidez e morte), cujo saldo na mesma data é de R\$ 752 mil, não havendo, por conseguinte, necessidade de provisionamento de passivo desta natureza pelo BANPARÁ na data da avaliação.

As provisões matemáticas dos benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida, cujos valores correspondem a R\$ 17.796 mil para Benefícios Concedidos e a R\$ 45.389 mil para Benefícios a Conceder, somam R\$ 63.185 mil, estando integralmente lastreadas pelo patrimônio do plano, de R\$ 63.201 mil, em 30 de junho de 2013.

Estímulo à migração

O BANPARÁ obrigou-se a conceder, a título de estímulo à migração de participantes do plano BD para o plano CD, o percentual de 16,5379% sobre a folha de salários dos Participantes Ativos, em 180 meses, tendo pago, até 30 de setembro de 2013, 130 parcelas, restando, ainda, 50 parcelas de R\$ 673 mil a liquidar. Esses valores foram reconhecidos de forma diferida, à taxa de 12,47% ao ano (6% + INPC acumulado no ano de 2012), estando totalmente provisionado, cujo passivo reconhecido, em 30 de setembro de 2013, é de R\$ 29.721 mil (R\$ 30.319 mil em 31 de dezembro de 2012). No 3º trimestre de 2013, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da CAFBEP, no montante de R\$ 2.016 mil (R\$ 1.639 mil, 3º trimestre 2012).

16. Administração de fundos e programas

AGENTE DE FOMENTO DO ESTADO DO PARÁ

O BANPARÁ como agente de fomento do Estado do Pará executa as suas ações alinhado às diretrizes, orientações e estratégias definidas no Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado do Pará, e, às prioridades estabelecidas pela Diretoria Colegiada do BANPARÁ através de sua Política de Crédito.

A melhoria das condições de vida da população paraense é um dos compromissos da Administração Pública Estadual. Portanto, toda e qualquer ação de governo tem como objetivo principal reduzir a pobreza e a desigualdade social por meio do desenvolvimento sustentável, estimulando a geração de postos de trabalho e a distribuição de renda nas diversas regiões do Estado.

Notas Explicativas

É nesse mesmo interesse que o BANPARÁ retoma suas ações como agente de fomento do Estado do Pará, comprometido com as políticas de fomento e desenvolvimento socioeconômico do Pará.

DIRETRIZ GERAL

“Promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Pará, através do financiamento de projetos produtivos sustentáveis, buscando a redução da pobreza e da desigualdade social e a melhoria das condições de vida, emprego e renda da população”.

ATUAÇÃO

- a) Intermediação financeira de produtos adequados às demandas de desenvolvimento econômico e social, com recursos próprios e de repasse;
- b) Gestão de fundos de financiamentos específicos para o desenvolvimento do Estado com recursos de terceiros;
- c) Execução de programas de financiamento, de caráter especial, de responsabilidade dos Estados e Municípios, com recursos de terceiros;

- d) Disponibilização de financiamentos com recursos próprios, de repasse e de terceiros em programas destinados a segmentos específicos, identificados como demandadores de crédito de fomento e associados a projetos do Estado do Pará.

O BANPARÁ atuará nas suas ações de fomento através da aplicação de recursos de diversas fontes. Determinadas fontes de recursos envolvem programas de financiamento de aplicação obrigatória, enquanto que outros são de livre aplicação da instituição. São eles:

a) RECURSOS PRÓPRIOS:

▪ BANPARÁ COMUNIDADE

É o programa de microcrédito do BANPARÁ, utilizado como instrumento para reduzir as desigualdades sociais, fortalecer a cidadania e gerar emprego e renda no Estado do Pará.

Proporciona a inserção competitiva dos microempreendedores no mercado, contribuindo para fortalecer e ampliar suas atividades, aumentar seus ganhos financeiros e melhorar a qualidade de vida de suas famílias, além de possibilitar a criação de novas oportunidades de ocupação produtiva nos micro empreendimentos financiados.

O programa atende a expressiva parcela da sociedade que atua no setor informal da economia, que não dispõe das garantias tradicionais exigidas pelo setor financeiro para a concessão de empréstimos.

O valor aplicado pelo BANPARÁ COMUNIDADE até 30 de setembro de 2013 foi de R\$31.775 mil (R\$ 189.727 mil acumulado até 31 de dezembro de 2012).

▪ CRÉDITO RURAL

O Crédito Rural é um programa de financiamento composto por diversas linhas de financiamento destinado a produtores rurais e cooperativas ou associações de produtores rurais. Seu objetivo é estimular os investimentos e ajudar no custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários.

Crédito Rural é o suprimento de recursos financeiros, por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas no MCR.

O valor contratado em CRÉDITO RURAL na linha de financiamento PRONAF ECO (investimento para implantação das culturas do dendê) até o 3º de setembro de 2013 foi de R\$318 mil.

b) RECURSOS DE REPASSE:

▪ BNDES

O BNDES apoia projetos de investimento, no Brasil e no exterior, que visem à ampliação, modernização e expansão da capacidade produtiva, e, apoia a produção, aquisição e comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES.

Notas Explicativas



O BANPARÁ como instituição financeira credenciada junto ao BNDES para repasse de recursos contratou até o 3º trimestre de 2013 R\$1.427 mil em financiamentos para máquinas e equipamentos.

c) RECURSOS DE TERCEIROS:

▪ GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ:

– Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará – BANCO DO PRODUTOR

O fundo foi instituído pela Lei Estadual nº 6.345 de 28/12/2000 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 5.062 de 13/12/2001, com o objetivo de financiar empreendimentos econômicos de sociedades empresárias e cooperativas que possuam um caráter inovador e que sejam de interesse estratégico para o desenvolvimento, diversificação e transformação da base produtiva do Estado do Pará, promovendo a geração de postos de trabalho e de renda. É formado por recursos do Governo do Estado do Pará e da VALE.

O valor aplicado até o 30 de setembro de 2013 é de R\$ 7.048 mil (R\$ 19.514 mil acumulado até 31 de dezembro de 2012).

– Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE

O fundo foi instituído pela Lei Estadual nº 5.674 de 21/10/1991 e tem como objetivo financiar programas e projetos considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Pará, de forma a reduzir desigualdades regionais e sociais bem como garantir a competitividade dos empreendimentos econômicos instalados no Estado.

O fundo é formado por recursos orçamentários do Governo do Estado do Pará e prevê a sua aplicação para a realização de financiamentos de natureza reversível ao setor privado conforme determinam os incisos II, III e IV do Art. 2º.

- FDE PRIVADO

O financiamento de natureza reversível para o setor privado foi instituído pelo inciso II do Art. 2º da Lei Estadual nº 5.674 de 21/10/1991 e tem como objetivo conceder financiamentos ao setor privado com a finalidade de apoiar aqueles agentes econômicos cujos projetos estejam integrados a programas de desenvolvimento econômico e social do Estado, seguindo os parâmetros e condições constantes no Decreto Estadual nº 2.710 de 30/12/2010 que o regulamenta.

Não houve aplicação de recursos até o 30 de setembro de 2013, a retomada de financiamentos está prevista para 2014 (até 30 de junho de 2013 foram aplicados R\$40.928 mil).

- CREDCIDADÃO

É o Programa Estadual de Microcrédito Solidário que foi instituído pelo inciso III do Art. 2º da Lei Estadual nº 5.674 de 21/10/1991 que tem como objetivo principal financiar empreendimentos de micro e pequeno porte de pessoas físicas e jurídicas, do setor formal e informal da economia, e, que estejam estabelecidas no Estado do Pará há pelo menos 02 (dois) anos, seguindo os parâmetros e condições constantes no Decretos Estaduais nº 2.712 de 30/12/2010, nº 2.713 de 30/12/2010 e nº 318 de 09/01/2012.

O valor aplicado até o 30 de setembro de 2013 foi de R\$2.185 mil (R\$ 4.130 mil acumulado até 31 de dezembro de 2012).

- FDE INCENTIVOS FINANCEIROS

O financiamento de natureza reversível para o setor privado instituído pelo inciso IV do Art. 2º da Lei Estadual nº 5.674 de 21/10/1991 que permite a realização de financiamentos a pessoas jurídicas do setor privado, vinculado à Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará instituída através da Lei Estadual nº 6.489 de 27/09/2002.

A concessão de incentivos financeiros foi regulamentada pelos Decretos Estaduais nº 2.709 de 30/12/2010 e nº 5.615 de 29/10/2002.

O incentivo financeiro consiste na concessão de financiamento em valor correspondente a até 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS gerado pela atividade operacional do empreendimento e efetivamente recolhido ao Tesouro Estadual.

Notas Explicativas



O valor aplicado até o 30 de setembro de 2013 foi de R\$7.124 mil (R\$ 228.286 mil acumulado até 31 de dezembro de 2012).

– Programa de Redução da Pobreza e Gestão de Recursos Naturais do Pará – Programa PARÁ RURAL

O fundo foi instituído através da Lei Estadual nº 6.797 de 16/11/2005 e tem como objetivo de incrementar a renda e melhorar as condições de vida de comunidades rurais pobres e o fortalecimento do processo de gestão fundiária e ambiental do Estado, consolidando o uso sustentável dos recursos naturais.

O fundo é formado por recursos do Governo do Estado do Pará e do Banco Mundial.

O programa é formado por 04 (quatro) componentes. O BANPARÁ é encarregado da administração do Componente A que se refere aos Projetos de Investimento Produtivo, os quais objetivam apoiar associações, cooperativas, sindicatos e similares, que realizem atividades produtivas que estejam baseadas no aproveitamento das potencialidades locais, voltado para a população rural pobre.

O Componente A objetiva apoiar atividades produtivas baseadas no aproveitamento das potencialidades locais, capazes de promover a melhoria dos padrões de produção e renda das populações rurais que tem renda familiar igual ou inferior a R\$ 4.700,00 por ano.

O valor aplicado até o 30 de setembro de 2013 foi de R\$4.847 mil (R\$ 9.523 mil acumulado até 31 de dezembro de 2012).

– Fundo de Aval do Estado do Pará – FAP

O fundo foi instituído pela Lei Estadual nº 6.293 de 07/05/2000 e tem como objetivo prover de forma complementar os recursos para garantia de crédito de operações de financiamento a pessoas físicas e jurídicas, objetivando a alavancagem e diversificação da base produtiva do Estado do Pará. O fundo é formado por recursos do Governo do Estado do Pará e foi regulamentado através do Decreto Estadual nº 1.461 de 09/12/2008.

Não houve aplicação de recursos no 3º trimestre de 2013, não há previsão para retomada das operações do fundo (até 30 de junho de 2012 foram aplicados R\$360 mil).

▪ GOVERNOS MUNICIPAIS:

Os Fundos Municipais de Desenvolvimento são iniciativas dos governos municipais criados através de Leis Municipais e regulamentados através de Decretos, que permitem que as Prefeituras concedam empréstimos de caráter reversível a micro e pequenos empreendedores, pessoas físicas e jurídicas, que exerçam atividades produtivas naquele município há pelo menos dois anos e que permitam potencializar e incentivar a geração de postos de trabalho e de renda para o município.

Dentre os Fundos Municipais administrados pelo BANPARÁ temos:

- Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Santarém – Banco do Povo de Santarém (Prefeitura Municipal de Santarém);
- Fundo Municipal de Solidariedade para a Geração de Emprego e Renda – Banco do Povo de Moju (Prefeitura Municipal de Moju);
- Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda do Município de Óbidos – FUNGER Óbidos (Prefeitura Municipal de Óbidos);
- Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ananindeua – FMD Ananindeua (Prefeitura Municipal de Ananindeua);
- Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda – Ver-o-Sol (Prefeitura Municipal de Belém);
- Fundo Municipal de Desenvolvimento de Paragominas – FMD Paragominas (Prefeitura Municipal de Paragominas);
- Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda do Município de Santa Bárbara – FUNGER Santa Bárbara (Prefeitura Municipal de Santa Bárbara);
- Fundo Municipal de Economia Popular e Solidária – FUNDOSOL (Prefeitura Municipal de Xinguara);
- Fundo Municipal para Geração de Postos de Trabalho e Renda do Município de Portel – FMTR Portel (Prefeitura Municipal de Portel);
- Fundo Municipal de Desenvolvimento de Vigia – FUNDEV (Prefeitura Municipal de Vigia);

O valor aplicado até o 30 de setembro de 2013 é R\$7,4 mil (R\$ 2.622 mil acumulado até 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

17. Transações com Partes Relacionadas

As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros no BANPARÁ.

As obrigações sociais e por convênios são correspondentes ao passivo atuarial do Banco, bem como a contrapartida na CAFBEP para o incentivo dado pelo Banco para a migração de planos de aposentadoria dos funcionários.

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	30.09.2013	31.12.2012
Estado do Pará		
Depósitos à vista – (Nota Explicativa nº 10 (c))	288.197	299.107
Depósitos a prazo – (Nota Explicativa nº 10 (c))	1.748.519	1.253.674
Caixa de previdência e assistência dos funcionários do BANPARÁ - CAFBEP		
Depósitos à vista	52	340
Obrigações sociais e por convênio (Nota Explicativa nº 15.1(b))	30.816	32.210
	30.09.2013	31.12.2012
Remuneração com os administradores		
Diretoria	316	1.259
Conselho de Administração	61	224
Total	377	741

18. Seguros

O BANPARÁ mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 30 de setembro de 2013, é de R\$ 125.553 mil (R\$ 125.553 em 31 de dezembro de 2012), é determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

19. Instrumentos financeiros

O BANPARÁ participa de operações envolvendo instrumentos financeiros não derivativos, divulgados na notas anteriores.

A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições. O BANPARÁ não operou com derivativos nos trimestres findos em 30 de setembro de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

20. Acordo de compensação e liquidação de obrigações

O BANPARA mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob e Banco Cooperativo de Crédito – SICREDI, Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Em 30 de setembro de 2013, a posição da obrigação do BANPARA que envolve referido acordo é a seguinte:

30.09.2013					
Modalidade da operação	Data do contrato	Vencimento da obrigação	Valor do DIR	Juros capitalizados	Valor total
Bancoob					
CDI-PÓS	24/06/2013	23/06/2013	74.300	1.695	75.995
CDI-PÓS	22/07/2013	28/07/2013	10.000	165	10.165
CDI-PÓS	23/09/2013	22/09/2014	1.650	3	1.653
Total			85.950	1.863	87.813

Notas Explicativas



31.12.2012

Modalidade da Operação	Data do Contrato	Vencimento da obrigação	Valor do DIR	Juros Capitalizados	Valor Total
Bancoob					
CDI-PÓS	18.06.2012	18.03.2013	4.000	161	4.161
CDI-PÓS	24.09.2012	24.06.2013	80.400	1.486	81.886
CDI-PÓS	21.12.2012	20.09.2013	5.900	8	5.908
Total	-	-	90.300	1.655	91.955
Sicredi					
CDI-PÓS	18.06.2012	18.03.2013	1.000	39	1.039
CDI-PÓS	18.06.2012	21/06/2013	26.000	1.025	27.025
Total	-	-	27.000	1.064	28.064

21. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário.

a. Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

DESCRIÇÃO	30.09.2013		30.09.2012	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	162.073	203.272	117.445	149.389
Juros s/Capital Próprio	(10.369)	(10.369)	(5.556)	(5.556)
Base de Cálculo	151.704	192.903	111.889	143.833
Adições (Exclusões)	101.444	60.245	57.239	25.295
Lucro Tributável antes das Compensações	253.148	253.148	169.128	169.128
Compensação de Prejuízos Fiscais e Base Negativa	-	-	-	(13.870)
Base de Cálculo após Compensações	253.148	253.148	169.128	155.258
Alíquota Normal (15%)	37.972	37.972	25.369	23.289
Adicional do Imposto de Renda (10%)	25.297	-	16.895	-
Valores Devidos	63.269	37.972	42.264	23.289
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(88)	-	(104)	-
Incentivos Fiscais	(973)	-	-	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(76)	-	(76)	-
IR e CSLL a Pagar	62.131	37.972	42.084	23.289

b. Créditos Tributários Ativados

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 45.262 mil, relativo às diferenças temporárias de Provisão p/Créditos em Liquidação, ativadas em novembro de 2011 e dezembro/2012, sendo R\$ 30.029 mil decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e R\$ 15.233 mil decorrentes da aplicação da alíquota de 15% de CSLL sobre a base de Operações de Créditos em Liquidação controlada na Parte B do LALUR.

O procedimento de baixas dos créditos registrado no Ativo Fiscal Diferido das Provisões p/Créditos em Liquidação será realizado com base nas Perdas transferidas para CBP, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Notas Explicativas



Créditos Tributários	Saldo 30/09/2012	Constituição	Realização	Saldo 30/09/2013
Prejuízo Fiscal IRPJ	-	-	-	-
Diferença Temporária - IRPJ	25.864	10.751	(6.586)	30.029
Base Negativa - CSLL	-	-	-	-
Diferença Temporária - CSLL	16.741	2.444	(3.952)	15.233
Total	42.605	13.195	(10.538)	45.262

O controle dos saldos que compõem a base de Provisões p/Créditos em Liquidação, encerrou o 3º trimestre de 2013 com a composição demonstrada a seguir:

Base das Diferenças Temporárias	Saldo 30/09/2012	Constituição	Realização	Saldo 30/09/2013	Crédito Tributário
Provisão p/Créditos em Liquidação	146.460	71.153	-	217.613	90.031
Total das Adições Temporárias	146.460	71.153	-	217.613	90.031

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, os valores previstos de realização:

Projeção de Realização	2013	2014	2015	2016	2017
Diferença Temporária	2.635	12.413	12.951	13.512	3.751
Total	2.635	12.413	12.951	13.512	3.751

c. Créditos Tributários Não Ativados

O Banco possui registrados Créditos Tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 49.073, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Saldo 30/09/2012	Realização	Constituição	Saldo 30/09/2013	Crédito tributário
Provisão p/Créditos em Liquidação	22.923	-	48.229	71.152	28.461
Provisão p/Outros Créditos	26.752	-	3.501	30.252	12.025
Provisão p/Passivos Trabalhistas	3.116	(337)	-	2.779	1.112
Provisão p/Ações Cíveis	9.739	(534)	-	9.205	3.682
Prejuízos em Operações Swap	516	-	-	516	129
Provisão p/Riscos Fiscais	2.823	-	323	3.146	1.258
Provisão p/Outros Valores e Bens	5.927	(126)	-	5.801	2.406
Total das Adições Temporárias	71.796	(997)	52.053	122.852	49.073

**22 - Outras receitas e despesas****22.1 Outras receitas/despesas operacionais:**

Outras receitas operacionais	30.09.2013	3° TRI 2013	30.09.2012	3° TRI 2012
Recuperação de encargos e despesas	38	7	59	13
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.454	882	2.634	881
Atualização monetária de valores ativos	21	1	43	-
Outras – Ações Judiciais	-	-	533	-
Reversão de provisão - Outros	3.250	32	1.818	1.818
Outros	89	29	517	22
Total	6.852	951	5.604	2.734

Outras despesas operacionais	30.09.2013	3° TRI 2013	30.09.2012	3° TRI 2012
Despesas carteira imobiliária	1.442	99	163	13
Despesas descontos concedidos	34	16	40	4
Despesas de atualização de impostos e contribuição	235	53	213	69
Despesas de atualização monetária de valores passivos	333	200	267	80
Despesas de atualização de ações judiciais	1.715	264	1.035	298
Despesas de ações judiciais	2.449	130	591	80
Despesas de FCVS - Ajuste/Refin	316	-	408	408
Despesas de ajustes IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	-	3.127	27
Provisão para outros créditos	1.250	626	-	-
Outras	69	44	15	10
Total	7.843	1.432	5.859	989

22.2 Outras receitas/despesas não operacionais

Outras receitas/ despesas não operacionais	30.09.2013	3° TRI 2013	30.09.2012	3° TRI 2012
Reversão de provisões não operacionais	356	23	34	18
Insubstituições passivas	8	3	108	9
Superveniência Ativa	-	-	26	26
Lucros em transações com valores mobiliários (a)	11.944	30	55	35
Rendas de aluguel	68	20	141	39
Outras receitas não operacionais (b)	5.915	320	856	511
Insubstituições ativas	(202)	(70)	(236)	(107)
Superveniências passivas	(149)	(65)	(111)	(34)
Roubos por assalto	(658)	(538)	(370)	-
Desvalorização de outros valores e bens	(210)	(35)	(1.343)	(1.343)
Outras despesas não operacionais	(293)	(29)	(189)	(55)
Total	16.779	(341)	(1.029)	(901)

Outras receitas não operacionais

- (a) Em 18 de abril de /2013 a Diretoria financeira do BANPARÁ autorizou a venda de 4.000 ações da empresa SERASA do tipo ON, sem valor nominal e foram adquiridas no ano de 1975, conforme abaixo: O valor de R\$ 11.231 mil refere-se a venda de 4.000 ações da Empresa SERASA do tipo ON, sem valor nominal assim distribuídos:

Valor das Ações	R\$ 11.237
(-) Baixa do registro	R\$ (6)

Total de ganho s/ venda R\$ 11.231

As ações foram vendidas pelo valor unitário R\$ 2,81 totalizando uma operação de R\$ 11.231 mil, no entanto, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de março de 2013 essas ações estavam registradas pelo valor de custo, no montante de R\$ 246,00.

Notas Explicativas



Banpará

- (b) Em fevereiro de 2013, o banco registrou crédito previdenciário no valor de R\$ 5.449, decorrente da desoneração (imunidade, isenção ou não incidência) da Folha de pagamento oriundo de contribuições previdenciárias. Em 30 de setembro de 2013 o crédito tributário a ser realizado está registrado no ativo pelo valor de R\$-3.149 - nota 8 (c).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias – ITR

Ao Conselho de Administração e aos acionistas do
Banco do Estado do Pará S.A.
Belém – PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. (“Banco”), contidas no Formulário de Informações contábeis intermediárias – ITR referentes ao período findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias incluídas nas informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações contábeis intermediárias – ITR.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações contábeis intermediárias - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 14 de novembro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE